

Em 2008, mínimo pode ser de R\$ 405

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 trabalha com as normas atuais para o reajuste do salário mínimo – inflação dos últimos 12 meses mais o crescimento do PIB per capita em 2007. Por essa regra, o salário mínimo deverá ser reajustado dos atuais R\$ 380 para R\$ 405 em abril do próximo ano.

PÁGINA 5

cidadania

Epilepsia não é impedimento para uma vida normal

Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas no mundo são epiléticas. Mas, apesar do número elevado, 70% dos casos podem ser tratados com sucesso. Veja neste Especial Cidadania algumas medidas que podem dar ao epilético uma melhor qualidade de vida.

PÁGINA 20

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

Emenda 3 pode ter nova versão nesta semana

O projeto de lei que está sendo elaborado pelo governo para substituir a polêmica Emenda 3 – vetada pelo presidente Lula – à lei que criou a Super-Receita deve dar tratamento diferenciado às empresas individuais prestadoras de serviços formadas por profissionais como jornalistas e artistas. Essas empresas poderão pagar contribuição previdenciária em torno de 10% do faturamento.

PÁGINA 4



Delegação de parlamentares brasileiros participou de sessão inaugural, em Montevidéu, em que tomaram posse seus 81 integrantes

Parlamento do Mercosul começa a funcionar

PÁGINA 15



Parque Nacional da Chapada Diamantina: governo quer reestruturar gestão de unidades de conservação

Novo instituto de biodiversidade gera polêmica e greve no Ibama

PÁGINAS 10 E 11

Aprovado projeto em favor do contribuinte

Projeto de Francisco Dornelles aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos prevê que o contribuinte que ganhar processo administrativo contra cobranças indevidas da Receita, tanto nas delegacias regionais do órgão quanto no conselho de contribuintes, não precisará mais aguardar decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais para ser ressarcido.

PÁGINA 6

PLENÁRIO Renan Calheiros anunciou, após reunião com o governo, que o Senado votará parte das MPs em pauta

PAC está entre prioridades da semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que será votada nesta semana parte das medidas provisórias incluídas na pauta da Casa. Sete dessas MPs fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele tratou do tema, em seu gabinete, com o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, que estava acompanhado dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, e Roseana Sarney (PMDB-MA), e líder no Congresso. Essas MPs, mais outras sete que tratam de assuntos diversos (14 no total), têm prioridade para votação e, portanto, trancam a pauta da Casa à análise de outras matérias.

Como a Câmara alterou todas as MPs do PAC, elas tramitam no Senado na forma de projetos de lei de conversão (PLVs): os PLVs 5/07, 9/07, 8/07, 10/07, 11/07, 12/07 e 13/07, nessa ordem de votação. Eis o teor das medidas:

– PLV 5/07 (proveniente da MP 353/07): criou 157 cargos comissionados, sem exigência de concurso público, para os servidores que atuarão na extinção da Rede

Ferrovária Federal (RFFSA).

– PLV 9/07 (MP 347/07): autorizou a União a repassar para a Caixa Econômica Federal R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de obras em setores como saneamento e habitação popular.

– PLV 8/07 (MP 348/07): criou o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE), para angariar recursos para investimentos em novos projetos de infra-estrutura.

– PLV 10/07 (MP 349/07): destinou R\$ 5 bilhões do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação em energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento, por meio de um fundo de investimento, o FI-FGTS.

– PLV 11/07 (MP 352/07): criou incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos para TV digital. Também instituiu programas de desenvolvimento tecnológico para a indústria de semicondutores (Padis) e para a indústria de equipamentos para a TV digital.

– PLV 12/07 (MP 340/06): corrige em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), anualmente, até 2010. O mesmo percentual foi aplicado às isen-



ORLANDO AGUIAR/FURNAS

Anúncio de Furnas: seis das sete obras do PAC com alto risco de interrupção são do setor energético

ções e deduções com educação e dependentes. No período, o reajuste acumulado é de 19,25% em relação a 2006.

– PLV 13/07 (MP 351/06): concede incentivos fiscais para projetos na área de infra-estrutura. A MP isenta do pagamento de PIS/Cofins as empresas que tenham projetos aprovados para implantação de obras nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico. Os benefícios valem para a compra de máqui-

nas, equipamentos, materiais de construção e serviços. No caso de compras feitas em outros países, a isenção será para o pagamento de PIS/Cofins-Importação.

Todas as MPs do PAC (nove no total) foram aprovadas na Câmara, após pouco mais de dois meses. Duas delas foram aprovadas também pelo Senado e enviadas à sanção presidencial.

Na terça-feira, o presidente Lula declarou que o PAC será cumprido “integralmente”. Se-

gundo balanço sobre os 100 dias de andamento do PAC, divulgado na segunda-feira pelo governo, das 1.646 obras incluídas no programa, 52,5% estão em ritmo adequado. Em 39,1% delas o cronograma está em dia, mas há risco de atraso ou interrupção. E 8,4% apresentam risco muito alto de furo no cronograma, ameaçando a conclusão da obra. Sete empreendimentos estão nesse nível alto de risco, seis deles do setor energético.



Marconi Perillo (C), presidente da CI, em audiência destinada a debater Programa Brasil Central

Bancada defende ferrovia no Mato Grosso

Em audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura (CI) realizada na quinta-feira, os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Jayme Campos (DEM-MT) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) reafirmaram a disposição de lutar pela inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Projeto de Desenvolvimento Regional Brasil Central, idealizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que prevê a construção de três ramais da Ferrovia Norte-Sul na região Centro-Oeste e em área adjacentes de Minas Gerais, Pará, Paraná, Bahia, Piauí e Maranhão.

Foram convidados a participar da audiência o diretor-geral da ANTT, Alexandre Rezende, o diretor e autor do Projeto Brasil Central, Gregório Rabelo, que foi representado pela engenheira da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Úrsula Vieira, e o chefe do Laboratório de Transporte da UFSC, Amir Mattar.

A senadora Serys Slhessarenko disse que os problemas de transporte no Mato Grosso, especialmente estradas esburacadas, farão com que os produtores de soja daquele estado tenham um lucro 50% menor do que os produtores de soja paranaenses. Ela defendeu a implantação de um modelo de transporte multimodal, com ênfase nas ferrovias, como uma solução para toda a região Centro-Oeste.

O senador Jayme Campos afirmou que a falta de uma logística adequada não permite ao Mato Grosso manter uma produção competitiva e lucrativa. Ele disse que o agronegócio trabalha com produtos de baixo valor agregado e, por isso, o transporte tem um grande peso no custo final.

Já o senador Jonas Pinheiro lembrou que Mato Grosso precisa de comunicação mais fácil com os mercados nacional e internacional, pois o produtor se encontra a mais de 2 mil quilômetros de qualquer porto.

Ele observou que o custo do transporte representa apenas 4% do custo final para o produtor de soja norte-americano. Para o produtor mato-grossense, esse índice chega a 50% em algumas regiões do estado.

O presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que o Projeto Brasil Central é fundamental para a produção primária e que pode contemplar, além dos estados do Centro-Oeste, outros sete estados. Segundo o senador, o projeto pode facilitar a atuação do governo federal e do Congresso na alavancagem da produtividade brasileira.

Rezende, da ANTT, disse que tem enfrentado resistência “dos que cultuam o rodoviarismo no Brasil”. Ele afirmou que esse é o projeto para a região central do país e que é preciso mudar a mentalidade para o intermodal ferroviário, ou o Brasil estará condenado a transportar a produção “em caminhõezinhos de 20 anos em buracovias”.

Senado deve analisar, além do PAC, mais sete medidas

Existem 14 medidas provisórias (MPs) na fila de espera para análise pelo Plenário do Senado. Além das sete MPs que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), há outras sete que tratam de assuntos diversos.

A primeira da lista de votação, a MP 338/06 (que não faz parte do PAC), trata da abertura de crédito extraordinário no Orçamento de 2007, no valor de R\$ 7,5 bilhões, para estatais. Do total, R\$ 7 bilhões foram liberados para a Petrobras aplicar na manutenção de sistemas de produção de óleo e gás, na distribuição de derivados de petróleo, gás e álcool, entre outros. A outra parcela, de mais de R\$ 450 milhões, foi destinada à instalação de postos de atendimento por bancos federais.

Já o PLV 4/07, proveniente da MP 335/06, modifica dispositivos legais relacionados a imóveis da União para facilitar a regularização de assentamentos e o acesso a terreno ou moradia para a população de baixa renda. Os beneficiários são famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos.

O PLV 7/07 (MP 339/06) regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, determina que a aplicação dos recursos do fundo

não isenta os estados, o Distrito Federal e os municípios da responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme prevê a Constituição.

Outro item da pauta é o PLV 6/07 (MP 341/06), que trata de cargos e remuneração de várias carreiras do serviço público.

O PLV 14/07 (MP 355/07) dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados e municípios em 2007 com o objetivo de fomentar as exportações.

Já a MP 356/07 abriu crédito extraordinário para o Ministério dos Transportes no valor de R\$ 100 milhões destinados aos Jogos Pan-Americanos, a serem realizados este ano no Rio de Janeiro.

Por fim, a MP 357/07 autorizou a renegociação dos créditos da União e da Eletrobrás com a Itaipu Binacional.

A votação de outras matérias só pode ocorrer, conforme prevê o regimento da Casa, depois que forem apreciadas as 14 MPs. Entre as proposições que ficarão dependendo dessas votações estão os projetos de Decreto Legislativo 35/07 e 36/07, que foram aprovados pela Câmara na quarta-feira e enviados em seguida para o Senado. Eles reajustam em 29,81% os salários dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado.

Em pauta, regulamentação do Fundeb e verba para Jogos Pan-Americanos

RECEITA FEDERAL Governo deve enviar projeto ao Congresso para substituir a Emenda 3, vetada por Lula

Tratamento diferenciado a prestadores

O governo deve dar um tratamento diferenciado para as empresas prestadoras de serviços formadas por artistas, intelectuais e jornalistas no texto do projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional para substituir a polêmica Emenda 3, vetada pelo presidente Lula ao sancionar a lei que criou a Super-Receita. O dispositivo previa que os fiscais da Receita não poderiam desconsiderar a pessoa, ato ou negócio jurídico quando desconfiassem se tratar de uma relação trabalhista disfarçada, sem prévia autorização judicial.

O anúncio do tratamento diferenciado foi divulgado na terça-feira após reunião de mais de três horas entre os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, com líderes partidários. O relator de projeto anterior que também visa substituir a Emenda 3, deputado Milton Monte (PR-SP), deve apresentar uma nova proposta no começo desta semana.

Nota divulgada pela Receita após a reunião prevê uma alíquota de 10% de contribuição previdenciária para as empresas prestadoras de serviços de caráter

personalíssimo, conhecidas com de uma pessoa só. Essa proposta foi apresentada pelo secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, há duas semanas, para ser incluída no projeto em tramitação na Câmara. Mas a alíquota foi considerada alta pelos parlamentares e o assunto permanecia sem definição até o final da semana.

O tratamento diferenciado para jornalistas e intelectuais ressuscita uma discussão que gerou muito debate em 2005, por ocasião da edição da MP do Bem, que reduziu tributos e criou benefícios para diversos setores da economia. O Executivo tentou excluir os prestadores de serviço do rol de beneficiários.

Mas os prestadores conseguiram reverter o quadro e o texto que acabou aprovado, na forma da Lei 11.196, estabelece que, "para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas



Psicoterapeutas, atingidos pela primeira versão da Emenda 3, podem ficar fora do novo texto

jurídicas".

Agora, no imbróglio da Emenda 3, o governo se vê novamente pressionado para beneficiar – ou não prejudicar, dependendo do ponto de vista – os prestadores de serviço. Isso porque é cada vez maior o número de "empresas de uma pessoa só", já que esse expediente interessa

aos empregadores, que pagam menos encargos trabalhistas. E aos profissionais liberais, que mantêm vínculo formal com a Receita sem se submeter às altas alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas e são tributados como pessoas jurídicas para compensar a redução dos encargos trabalhistas.

A Receita resiste à existência da "empresa de uma pessoa só" sob três argumentos: ela livra os empregadores dos encargos trabalhistas; disfarça o vínculo empregatício porque os serviços contratados a profissionais liberais não são temporários, mas regulares; e o governo arrecada menos para a Previdência.



Alíquota de 10% anunciada por Jorge Rachid foi considerada alta pelos parlamentares



Walfrido dos Mares Guia busca entendimento sobre o assunto com os líderes partidários

Imposto é mais pesado para pessoa física

As distorções causadas pela legislação tributária brasileira são as responsáveis pelo debate acalorado que se trava em torno da Emenda 3 à lei que criou a Super-Receita. Essa é a opinião do consultor Murilo Soares, um dos palestrantes de debate promovido na última quinta-feira pelas associações dos Consultores Legislativos e de Orçamento da Câmara e do Senado.

De acordo com Soares, o debate ocorre por causa do abismo tributário que existe entre pessoas físicas e jurídicas. A tributação de quem trabalha como pessoa física, com carteira assinada, é muito maior da que se aplica a quem presta o mesmo tipo de serviço, mas por meio de uma empresa constituída para esse fim.

O consultor deu como exem-

plo o caso de alguém que tenha renda anual de R\$ 600 mil – ou R\$ 50 mil por mês. Como pessoa física contratada, ela seria tributada em mais de R\$ 159 mil por ano. Se atuasse por meio de uma pessoa jurídica, pagaria muitíssimo menos: cerca de R\$ 68 mil. Ou seja, uma diferença de mais de 134%.

Há abismo tributário entre pessoa física e jurídica, diz Murilo Soares

Isso, é claro, lembrou Soares, vale para profissionais como artistas ou apresentadores, que ganham muito dinheiro e têm mais poder para decidir como querem auferir seus rendimentos – como pessoa física ou jurídica. Mas a situação é ainda mais preocupante quando ocorrem casos em que pessoas que ganham um décimo daquele valor precisam, para receber seu pagamento, ter o ônus de montar uma empresa, com todos

os custos e burocracia que isso representa no país.

Outro ponto importante levantado pelos consultores se relaciona à fiscalização trabalhista. A questão é que a Emenda 3 diz que os fiscais da Super-Receita não podem desconsiderar a pessoa jurídica do prestador de serviço para reconhecer uma relação que na verdade é de empregado perante o patrão, a menos que haja decisão judicial nesse sentido. Mas a lei é omissa no que diz respeito à atuação dos fiscais do trabalho, o que pode dar margem a disputas judiciais no futuro. Os juízes, aliás, têm entendido em decisões recentes que deve valer a restrição aos poderes do fiscal trabalhista.

– Se esse entendimento prevalecer, a fiscalização do trabalho pode acabar de uma vez – observou a consultora da Câmara dos Deputados Cláudia Virgínia de Melo.

Esboço da proposta

A Super-Receita divulgou nota na semana passada em que lista os pontos que deverão balizar o projeto do governo em substituição à Emenda 3. Eis os principais itens propostos:

- ✓ trazer segurança jurídica quanto ao tratamento tributário adequado aplicável às sociedades prestadoras de serviços profissionais;
- ✓ evitar que o aspecto tributário estimule a precarização da relação de emprego;
- ✓ quando os serviços forem prestados sem habitualidade e subordinação, permanecem tributados na pessoa jurídica;
- ✓ no caso das sociedades de natureza artística e cultural, haverá tratamento tributário diferenciado quando os serviços forem prestados com habitualidade e subordinação, incidindo contribuição previdenciária de 10% sobre o faturamento;
- ✓ para essas mesmas sociedades, quando não houver habitualidade e subordinação, a tributação permanecerá recaindo na pessoa jurídica;
- ✓ o tratamento diferenciado para as atividades artísticas e culturais não exclui a aplicação da legislação trabalhista;
- ✓ nas situações de fraude, valerão as regras tributárias aplicáveis à situação que o fraudador tentou ocultar;
- ✓ quando os serviços forem prestados com habitualidade e subordinação de sócio, a tributação permanecerá recaindo na pessoa física prestadora dos serviços.



ORÇAMENTO Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias diz que governo faz previsão pessimista para a inflação

LDO prevê mínimo de R\$ 405 em 2008

MÁRCIA KALLUME



Em parecer preliminar, João Leão acolheu previsão de 7,3% de taxa Selic em dezembro

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, deputado João Leão (PP-BA), apresentou seu parecer preliminar na última quinta-feira, no qual afirma que o governo conseguiu, pela primeira vez, ser pessimista sobre o comportamento da inflação. Nas suas previsões orçamentárias ao Congresso, o Planalto sempre apontou uma inflação bem mais baixa do que a prevista pelo mercado.

Desta vez, o governo trabalha com uma inflação de 4,5% para 2007, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ao passo que o mercado prevê 3,64%. A inflação dos últimos 12 meses terminados em março registrou apenas 2,96%, conforme o IPCA.

Na opinião do relator da LDO, ou o governo está sendo pessimista na inflação ou a taxa de juros Selic pouco cairá até o fim do ano, apesar das previsões de queda. A previsão contida na LDO, que recebeu parecer favorável do relator, é

de uma taxa Selic real (descontada a inflação) de 7,3% em dezembro.

O relator concorda com as estimativas de que haverá crescimento econômico de 4,5% este ano e de 5% em 2008, propiciado pela estabilidade de preços internos e por possível manutenção de crescimento das principais economias do mundo.

Ele observa que a LDO não leva em consideração algumas medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especialmente o projeto que tramita no Congresso e prevê reajustes do salário mínimo pela inflação passada acrescida pelo crescimento do produto interno bruto do ano anterior.

A LDO de 2008 trabalha com a norma atual para o mínimo – inflação dos últimos 12 meses mais crescimento da renda PIB per capita de 2007. Mantida

essa regra, o salário mínimo, de acordo com o deputado João Leão, subirá dos atuais R\$ 380 para R\$ 405 em abril de 2008. Se o Congresso aprovar o PL 1/07, o mínimo será corrigido até o ano 2023 pela inflação dos 12 meses anteriores mais o crescimento do PIB verificado dois anos antes. O PL 1/07 é fruto de acordo político entre governo, sindicatos e Congresso, firmado no fim do ano passado.

No geral, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 copia as normas para feitura do Orçamento deste ano, com poucas alterações. Uma delas abre espaço para aumento da arrecadação e prevê que os gastos vão subir em 0,41% do PIB entre 2008 e 2010. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), quer votar a LDO até o dia 17 de julho.

Presidente da Comissão de Orçamento quer votar a LDO até 17 de julho

Propostas alteram e regulamentam a Lei Kandir

O líder do PRB, senador Marcelo Crivella (RJ), anunciou na sexta-feira que apresentará projeto alterando a Lei Kandir – que desonera do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a exportação de produtos primários e semi-elaborados – para reduzir as perdas dos estados exportadores. Ele defende a aplicação da Lei Kandir na exportação de mercadorias de maior valor agregado, mas não nos produtos considerados commodities, como minério de ferro e soja.

Crivella defendeu a “desprimarização” da pauta de expor-

tações brasileira, manifestando-se contra a manutenção de megassuperávits comerciais com o exterior, como o que o país tem hoje, num mercado mundial superaquecido. Ele alegou que o Brasil não tem necessidade disso, devendo priorizar o equilíbrio fiscal federativo, que é um modelo gerador de empregos e mais adequado à melhor distribuição de renda.

O parlamentar se disse preocupado com o impacto econômico

que advirá da enorme quantidade de dólares que está entrando no Brasil. Observou ainda que, na época da aprovação da Lei Kandir, o saldo comercial do Brasil com o exterior era negativo, o que é muito diferente de hoje, quando é extremamente positivo, com US\$ 120 bilhões de reserva.

Para regulamentar a Lei Kandir, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou, também na sexta-feira, a apresentação

de proposta de emenda à Constituição que prevê que os estados farão ressarcimento do ICMS aos empresários exportadores. A proposta (PEC 37/07) autoriza o empresário a abater o valor do ICMS diretamente no valor dos impostos federais a recolher.

Com isso, o senador quer resolver polêmica que já dura uma década, na qual os estados reivindicam da União o pagamento de ressarcimentos. Como a legislação não define valores, todo ano há uma batalha durante a votação do Orçamento para que seja reservada uma verba para ressarcir os estados.

Lei não deve ser aplicada na exportação de commodities, diz senador



CELIO AZEVEDO

Crivella anuncia projeto de lei que reduz perda de ICMS por estados exportadores

Secretário do Tesouro anuncia fim do déficit nominal até 2010

O secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, afirmou quinta-feira, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que o governo vai zerar seu déficit nominal até o fim de 2010. Isso significa que o setor público federal será capaz de gerar recursos para pagar todos as suas despesas, nelas incluída a totalidade dos dispêndios com juros.

Ao informar sobre a meta, Godoy procurava demonstrar os avanços na política para melhorar o perfil das contas do governo, em audiência destinada à prestação de contas sobre o cumprimento das metas fiscais. De acordo com o secretário, a dívida pública líquida federal deve ficar reduzida a 36% do produto interno bruto (PIB) até 2010, já com base na nova metodologia de cálculo do indicador das riquezas produzidas pelo país. No fim de 2006, essa relação ficou em 44,9%.

Na apresentação, Godoy mostrou que a relação entre a dívida e o PIB está em declínio desde meados de 2003. Observou que

essa queda é uma referência importante para que os investidores externos possam considerar o país com prioridade para seus interesses. O secretário adiantou que o Brasil está muito próximo de obter o investment grade, classificação das agências internacionais de avaliação de riscos concedida aos países aptos a pagar seus compromissos externos, sem risco de calote.

Tarcísio Godoy informou que o total da dívida líquida do setor público alcançou no fim de 2006 cerca de R\$ 1,24 trilhão, com a dívida externa representando R\$ 143,44 bilhões. Até o fim desse ano, o secretário indicou que esse estoque deve ficar situado entre R\$ 1,37 trilhão e R\$ 1,45 trilhão. Para fazer frente ao pagamento da dívida, informou o secretário, o governo federal (governo central mais estatais) fez uma economia traduzida por superávit primário (receitas menos despesas, fora juros) de 3,11% do PIB, próximo à meta estabelecida, de 3,15%.

Projeto prevê deduzir ICMS diretamente dos impostos federais

Ministro defende prorrogação da CPMF

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, defendeu a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e também da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Segundo ele, isso é necessário para que o governo federal possa executar o Orçamento da União de 2008. A prorrogação – até o final de 2011 – está prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 50/07) que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

Paulo Bernardo fez essas declarações durante audiência pública realizada terça-feira pela Comissão Mista de Orçamento, na qual se discutiu o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

– Contamos com a aprovação da PEC. Se isso não ocorrer, evidentemente o Congresso vai nos ajudar a fazer adequações – afirmou ele, ressaltando que as receitas advindas da CPMF representam “pouco mais de R\$ 30 bilhões por ano”.

A posição do ministro foi defendida por Francisco Dornelles (PP-RJ), relator, no Senado, da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária. Apesar de o parlamentar considerar a CPMF como “a mais retrógrada, atrasada e regressiva das incidências tributárias que existem no Brasil”, ele observa que “não há outro caminho, porque sem a receita da CPMF teríamos grandes problemas orçamentários”, apontando situação semelhante também em relação à DRU.



Paulo Bernardo (E), ministro do Planejamento, em reunião na CMO, presidida por José Maranhão

MÁRCIA KALLUME

TRIBUTAÇÃO Quem sofrer cobrança indevida não dependerá da Câmara de Recursos Fiscais para ser ressarcido

Projeto facilita restituição tributária

Se o contribuinte conseguir ganhar processo administrativo contra cobranças da Receita Federal que julgar indevidas, tanto nas delegacias regionais do órgão quanto no conselho de contribuintes, não precisará mais aguardar decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais, conforme determina projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) aprovado na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hoje a Fazenda pode recorrer àquela instância especial. E isso protela, segundo especialistas tributários, em até dois anos a recuperação de valores cobrados a mais pelo fisco. A proposta de Dornelles facilita principalmente a vida das empresas em seus contenciosos com o fisco.

O parecer favorável de Delcídio Amaral (PT-MS) foi acolhido na CAE em decisão terminativa (sem necessidade de ir a Plenário). Mas o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que irá apresentar recurso para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja ouvida. Se desistir dessa intenção, o projeto (PLS 11/07) deve ser remetido à Câmara.

Embora o alcance não seja tão expressivo em relação ao volume de processos analisados pelos conselhos de contribuintes – algo próximo a 5% dos processos que chegam à Câmara de Recursos Fiscais –, a medida é importante porque simplifica a vida do

contribuinte e reduz o custo da estrutura montada para analisar o contencioso fiscal, segundo a secretária-executiva do 3º Conselho de Contribuintes, Cíntia Rosito, que cuida de processos relativos aos impostos aduaneiros.

Quem precisa questionar cobranças do fisco tem que percorrer, atualmente, três instâncias: duas ordinárias e uma especial. A via-crúcis começa nas delegacias regionais da Receita, onde auditores fiscais examinam a questão à luz da legislação tributária. Se o contribuinte não concorda com a posição dessa instância, pode recorrer aos conselhos de contribuintes em Brasília.

O primeiro dos três conselhos trata do contencioso relativo ao Imposto de Renda, o segundo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e contribuições (inclusive as previdenciárias), e o terceiro dos impostos aduaneiros. Integram os conselhos quatro auditores fiscais e quatro representantes dos contribuintes, indicados por confederações patronais como a da indústria (CNI).

Há ainda a instância especial da Câmara de Recursos Fiscais. “Ela harmoniza a jurisprudência, mas não aprecia os documentos envolvidos na autuação, o que é feito nas outras duas instâncias”, explica o consultor do Senado Alberto Zouvi. O projeto de Dornelles elimina essa instância especial apenas no caso de haver decisão favorável ao contribuinte nas duas instâncias anteriores.

Parecer de Delcídio foi aprovado e matéria deve ir à Câmara

Congresso deve pressionar por Código do Contribuinte

Depois de ter sido desarquivado em março, por meio de um requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o projeto do Código de Defesa do Contribuinte poderá constar da agenda de negociações entre os líderes partidários, na reunião prevista para esta terça-feira. A informação é do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), designado relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Após avanços e recuos na sua tramitação, o projeto (PLS 646) apresentado em 1999 pelo ex-senador Jorge Bornhausen promete ganhar novo fôlego, com a criação da Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte. Constituída em março deste ano, a frente deve se reunir em 25 de maio, data em que também está marcada sessão solene na Câmara pelo Dia do Contribuinte. O deputado Sandro Mabel (PR-GO), que preside a frente, quer instituir essa data como um marco dos 145 dias, em média, que os contribuintes brasileiros precisam trabalhar durante o ano para pagar os seus tributos federais, estaduais e municipais.

O deputado também apresentou projeto de lei complementar em defesa do contribuinte (PLP

38/07) que pouco diferencia do texto original de Bornhausen. Uma das principais diferenças é a definição de um teto para a carga tributária que pesa sobre os brasileiros. Ela não poderia ultrapassar 35% do produto interno bruto (PIB), pelo projeto de Mabel. A proposta do deputado chega ainda a subdividir esse total, com tetos para cada esfera de governo. Os tributos federais não poderiam exceder 65% da carga total, os estaduais 30% e os municipais, 5%. Esse ponto do projeto já está sendo considerado inconstitucional pelos especialistas na área tributária.



Romero Jucá, relator do projeto do código na CAE, diz que líderes discutirão a matéria



Medida de Dornelles (C), na foto com Delcídio (D) e Osmar Dias, beneficia principalmente empresas

Lei Kandir: repasse pode ter prazo

O projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que reacende a polêmica sobre o ressarcimento da União aos estados exportadores, previsto na chamada Lei Kandir, será analisado pela Subcomissão Temporária de Reforma Tributária. Isso foi decidido na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois que alguns integrantes discordaram do parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), pela rejeição da matéria.

A proposta de lei complementar (PLS 30/06) estabelece o prazo de 15 dias para que a União compense os estados e o Distrito Federal pelas perdas decorrentes das isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidas às

exportações de primários, semi-elaborados e serviços.

Mas a questão mais delicada do texto de Simon, considerada inconstitucional por Borges, é que as unidades da Federação seriam autorizadas a deixar de pagar as prestações de suas dívidas com o Tesouro até o montante do valor a ser ressarcido por causa das renúncias fiscais de ICMS nas exportações, caso a União desrespeite o prazo de 15 dias para fazer as compensações.

Para o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), é prudente discutir a proposta de Simon dentro do contexto da nova reforma tributária esboçada pelo Ministério da Fazenda e apresentada à subcomissão pelo secretário de Política Econômica,

Bernard Appy.

Representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em audiência na subcomissão, consideraram impossível se posicionar sobre a nova proposta do governo por desconhecer os seus detalhes. Os secretários estaduais de Fazenda preferiram acertar outro debate com os senadores. O encontro deverá ser marcado após o governo definir as regras de transição para o novo imposto sobre valor adicionado, que substituirá o ICMS, e o Confaz analisar o trabalho encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) com uma proposta de reforma tributária. O colegiado deve se reunir no dia 21 para ouvir representantes dos municípios.



Lúcia Vânia e Jereissati (C): secretários do Confaz querem novo debate sobre reforma tributária

Aumento no FPM em votação na Câmara

Se conseguir desobstruir a pauta, a Câmara poderá concluir esta semana, em primeiro turno, a votação da proposta de emenda à Constituição que eleva em um ponto percentual os repasses obrigatórios da União às prefeituras, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Depois de votada em segundo turno, caberá ao Senado assegurar o único ponto da segunda parte da reforma tributária (PEC 285/04) que avançou este ano. Os prefeitos já estão reforçando seus pleitos perante os senadores para que eles agilizem a votação.

O governo optou por enviar na última quarta-feira uma nova

proposta (PEC 58/07), que foi anexada à PEC 285. Com esse acordo, o aumento dos repasses às prefeituras foi direto para o Plenário. O texto principal foi aprovado pelos deputados no mesmo dia, restando apenas o exame dos destaques (pontos que devem ser analisados em separado).

A nova PEC soluciona o impasse técnico levantado pelo Ministério da Fazenda sobre o início da contagem para o aumento do FPM. A equipe econômica alegava que o texto da PEC 285 dava margem a várias interpretações e que o Tesouro não teria condições financeiras de arcar com o aumento de um ponto percentual

sobre a arrecadação anual do Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda, que compõem o FPM. Isso provocaria, segundo estimativas da Fazenda, um gasto adicional de R\$ 1,8 bilhão.

Pelo texto aprovado na Câmara, o acréscimo de um ponto percentual no FPM atingirá apenas a arrecadação obtida a partir de 1º de setembro deste ano. Com a rejeição de um dos destaques apresentados pelo DEM, os deputados asseguraram a redação original da PEC que prevê esse pagamento em uma única parcela, com o repasse às prefeituras no mês de dezembro de cada ano.

PLENÁRIO



Maia Filho, novo ministro do STJ; Asfor Rocha, indicado corregedor-geral do CNJ; e as juízas Maria de Assis Calsing e Dora Maria da Costa, que vão ocupar cargos no TST

Plenário aprova nomes para Judiciário

O Plenário aprovou cinco indicações de autoridades, entre elas a do ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o cargo de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que controla a atuação administrativa e financeira do Judiciário.

Asfor Rocha assumirá a corregedoria do CNJ no momento em que são noticiados envolvimento de magistrados em esquemas de corrupção. Antes, em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ele propôs que magistrados percamos o direi-

to de manter os salários mesmo quando condenados por desvios graves de conduta.

– Isso é privilégio, não prerrogativa. A magistratura receberá bem se, eventualmente, for feita a correção dessa distorção – disse.

A questão foi levantada por Aloizio Mercadante (PT-SP), que pretende reapresentar proposta determinando o afastamento, sem salário, de magistrados envolvidos em ilícitos.

Asfor Rocha acredita, porém, que a magistratura é formada por uma maioria de “homens de bem” e garantiu que será “intran-

sigente” na análise dos processos disciplinares.

– Um magistrado, que atua como mercador de sentença, equipara-se a quem comete um crime hediondo – observou.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o CNJ “ainda não disse a que veio” e cobrou mais rigor. Jefferson Péres (PDT-AM) entende que a sociedade vê um juiz corrupto não só como um criminoso, “mas como uma aberração”.

– Seu papel mais antipático, e importantíssimo, será o de aplicar sanções em colegas, vencendo o corporativismo – comentou.

Diferentemente dos ministros de tribunais superiores, a indicação para a Corregedoria do CNJ não é feita pelo presidente da República, mas pelo Judiciário. O corregedor recebe e apura reclamações e denúncias contra magistrados e serviços judiciários.

Também foi aprovada a indicação do juiz federal Napoleão Nunes Maia Filho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (PE), para o cargo de ministro do STJ, na vaga aberta com a aposentadoria de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini.

Na CCJ, Maia Filho avaliou que a Justiça precisa combater

a morosidade e garantir mais transparência, em defesa da ética. Ele defendeu punição, repressão e prevenção contra desvios no Judiciário. O juiz admitiu que a Justiça não chega aos mais simples, às vezes por “filigranas jurídicas”.

Duas mulheres vão ocupar as vagas abertas por aposentadorias dos ministros José Luciano de Castilho Pereira e Ronaldo José Lopes Leal, do Tribunal Superior do Trabalho (TST): as juízas Maria de Assis Calsing, do Tribunal Regional do Trabalho em Goiás, e Dora Maria da Costa, do TRT no Distrito Federal.

COMISSÕES

CRE debate relações entre Brasil e Bolívia

Por 5 votos a 4, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu arquivar proposta de voto de solidariedade – proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, que esperaram em vão, no dia 14 de fevereiro, visita do presidente da Bolívia, Evo Morales. Em visita oficial ao país, Morales preferiu permanecer em negociações com o governo federal.

O relator do requerimento, Eduardo Suplicy (PT-SP), argumentou que o embaixador da Bolívia, Felipe Tredinnick, enviou carta no dia seguinte a Renan, explicando os motivos da ausência do presidente da Bolívia.

Para o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), Morales poderia ter enviado o seu ministro das Relações Exteriores, Pedro Simon (PMDB-RS) entende que foi um “ato de grosseria”, mas apoiou o parecer de Suplicy.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) avalia que o governo da Bolívia é hostil na área de energia e no tratamento aos agricultores brasileiros no país.

Simon pediu um voto de confiança ao governo brasileiro e à Petrobras, nas discussões sobre o pagamento de indenização pelos investimentos em refinarias na Bolívia. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a Petrobras e disse esperar que a Bolívia reveja o seu relacionamento com o Brasil.

A CRE deu voto favorável à ratificação de cinco acordos internacionais firmados pelo

Brasil e voto de solidariedade aos partidos de oposição no Zimbábue por conta de restrições à democracia no país.

Receberam pareceres favo-

ráveis os projetos de decreto legislativo que aprovam: o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Polônia (PDS 5/07); a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (PDS 24/07); o Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Canadá (PDS 19/07); o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Brasil e a República Dominicana (PDS 25/07); e o Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Armênia (PDS 28/07).

Senadores criticam atos do governo da Bolívia hostis aos brasileiros

CCT quer popularizar Ciência e Tecnologia

O Senado poderá instituir, no mês de outubro, a Semana da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de mobilizar a população para questões do setor. É o que prevê requerimento da senadora Serys Shhessarenko (PT-MT), aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A matéria vai ser votada em regime de urgência no Plenário, conforme proposta de Ideli Salvatti (PT-SC) também aprovada.

Serys lembrou que a data escolhida levou em conta que o Poder Executivo já instituiu, em seu âmbito, no mês de outubro, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Para a senadora, ao criar uma semana semelhante, o Senado poderá dar grande contribuição à sociedade, inclusive com a utilização do seu sistema de comunicação (TV, rádio, jornal e agência de notícias).

– Sugiro que, durante a Semana da Ciência e Tecnologia, o Senado proponha atividades abertas ao público, que unam

ciência, cultura e artes, além de palestras e discussões sobre temas científicos – afirmou.

Em seu parecer favorável, Valter Pereira (PMDB-MS) destacou que o Senado, com a medida, divulgará o tema. Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Arns (PT-PR) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiaram a proposta.

A comissão também vai realizar audiências públicas sobre o tema “Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica”.

Autor do requerimento, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pretende fornecer subsídios aos senadores para a elaboração de uma lei de convergência para o sistema de telecomunicações brasileiro.

– Temos que discutir conteúdos e defender a produção nacional para que não sejamos atingidos por culturas estrangeiras.

Flexa Ribeiro lembrou que há no país várias leis que tratam da

convergência tecnológica e que afetam diretamente o dia-a-dia dos brasileiros.

O senador sugeriu o nome de 12 especialistas na área para participar do debate, entre eles os ministros da Comunicação, Hélio Costa, e da Cultura, Gilberto Gil.

Ao apoiar a realização das audiências, Marcelo Crivella disse que “é preciso vir à tona esse debate para que possamos preservar a cultura, os valores e as crenças brasileiras”.

A comissão também aprovou requerimento do presidente do colegiado, Wellington Salgado (PMDB-MG), para que o presidente do Grupo Telefônica, Antônio Carlos Valente Silva, fale sobre os impactos das vendas e fusões internacionais no desenvolvimento do mercado brasileiro de telecomunicações. O objetivo, segundo Wellington, é permitir a análise da legislação.

Comissão debaterá conteúdo audiovisual e convergência

Renan: sociedade impõe transparência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursou na abertura do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, na última terça-feira, dizendo não haver possibilidade de se garantir a democracia e a prevalência dos interesses da sociedade sem uma completa transparência da informação pública.

Desse fórum – realizado na semana passada, em Brasília,

pelo Ministério da Cultura e pela Casa Civil – resultará um documento com recomendações para subsidiar a criação da Rede Nacional de TV Pública e sua migração para o novo sistema de TV digital.

Na opinião do presidente do Senado, quem deve determinar o que é ou não assunto de interesse público é o próprio público, e não quem detém a informação.

– A falta de acesso à informação alimenta o ambiente de corrupção e cria obstáculos ao desenvolvimento, ao favorecer incertezas jurídicas que afastam investidores e inibem a capacidade empreendedora – afirmou.

Renan Calheiros também destacou o papel pioneiro da TV Senado na aproximação do Estado com a sociedade.

EDUCAÇÃO Atendimento odontológico e qualificação de docentes estão entre as propostas aprovadas pela CE

Mudança na LDB visa fortalecer o ensino básico

Garantir o efetivo exercício do direito à educação e direcionar o setor “rumo a uma perspectiva verdadeiramente republicana e inclusiva”. Com esses objetivos gerais o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs várias alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovadas na terça-feira passada pela Comissão de Educação (CE). O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), recomendou a decisão favorável e o projeto (PLS 4/06) foi aprovado em caráter terminativo – será enviado diretamente à Câmara, caso não haja recurso para exame em Plenário.

Pela primeira modificação, a assistência à saúde, já garantida no ensino fundamental público, deverá incluir o atendimento médico e odontológico de caráter preventivo e de identificação e correção precoce de problemas que possam comprometer o aprendizado do aluno.

Também foram alterados trechos da LDB para garantir aos municípios o poder de avaliar os estabelecimentos do seu sistema de ensino e para assegurar a avaliação nacional das condições de oferta da educação infantil.

Os professores, ainda de acordo com a matéria, poderão ter o direito de, a cada sete anos de trabalho, usufruir de licenciamento periódico remunerado para aperfeiçoamento profissional continuado – a chamada licença sabática, que é mais comum entre os docentes do ensino federal público.

A LDB já garantia esse direito, mas sem estipular o intervalo de tempo de exercício pedagógico

para a concessão da licença. Pela proposta original de Cristovam, a licença mínima prevista era de seis meses, mas Mão Santa suprimiu esse prazo, com o objetivo de permitir que os docentes possam obter licenças mais longas, para realizar cursos de mestrado ou de doutorado, por exemplo.

Cursos de graduação para formar docentes

O projeto contém ainda dispositivo que garante a aplicação anual, pelas universidades, de pelo menos 20% dos recursos oriundos de impostos constitucionais. As verbas seriam destinadas prioritariamente à oferta de cursos de graduação e pós-graduação voltados à formação e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação básica. Também devem incentivar a realização de programas de pesquisa e extensão para complementar a qualificação dos docentes.

Segundo Mão Santa, as mudanças por ele sugeridas à proposta original foram feitas em comum acordo com o autor do projeto, bem como com o senador Augusto Botelho (PT-RR).

As alterações na LDB foram elogiadas por vários senadores. Marcelo Crivella (PRB-RJ), Augusto Botelho, Marconi Perillo (PSDB-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacaram a importância da oferta de tratamento médico e odontológico nas escolas. Já Romero Jucá (PMDB-RR), Raimundo Colombo (DEM-SC) e Cícero Lucena (PSDB-PB) ressaltaram as conquistas na área da educação e o fato de o relatório ter aprimorado a proposta original.



FOTOS: JOSÉ CRUZ



Em reunião presidida por Paim (acima), senadores da Comissão de Educação acolhem parecer de Mão Santa (ao lado, à direita) favorável a projeto que, entre outras medidas, assegura ao município o poder de avaliar seu sistema de ensino

Saúde preventiva nas escolas deve ser assegurada

A principal ação do governo voltada à saúde dos estudantes, o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE), abrange apenas cem mil crianças do ensino fundamental público, num universo de 34 milhões de alunos, afirma Cristovam Buarque na justificativa do PLS 4/06. Em 2005, observa ele, o Ministério da Educação ampliou consideravelmente o programa – que faz a identificação e a correção precoce de dificuldades visuais e auditivas –, aumentando de 118 para 278 as cidades atendidas. Os recursos, disse, passaram de R\$ 4,2 milhões para 7,2 milhões. Ainda é muito pouco, na opinião do senador, o que reforça a necessidade de garantir atendimento médico e odontológico aos alunos do ensino fundamental público.

Cristovam quer punir gestor por ensino ruim

De acordo com Cristovam Buarque, para melhorar as condições educacionais do país é preciso considerar crime de responsabilidade a eventual “oferta irregular da educação pública” pelas autoridades competentes. “É raro, para não dizer raríssimo, ocorrer um fato de responsabilização de chefes do Executivo por motivo de sua ‘irresponsabilidade’ educacional”, observa ele. O senador considera que os resultados das avaliações do MEC que apontam o analfabetismo de quase 40% das crianças que cursaram um, dois e até três anos do ensino fundamental, e o despreparo dos adolescentes que terminam o ensino médio, com graves deficiências na formação básica, “são mazelas, em grande parte, fruto de divisão ou abdicação de responsabilidades gerenciais”.

Prioridade para qualificação dos professores

Ao partir da premissa de que cabe às universidades, além da missão de construir o conhecimento científico, a formação de todos os profissionais da educação básica, Cristovam Buarque propõe uma vinculação direta dos gastos feitos pelas instituições de ensino superior. Pela mudança na LDB aprovada na CE, 20% das despesas de cada universidade deverão obrigatoriamente ser gastas com cursos de graduação e pós-graduação que habilitem e aperfeiçoem professores da educação básica. A proposta aprovada pela comissão também prevê que os recursos sejam usados para incentivar a criação de programas de pesquisa e extensão direcionados à qualificação dos profissionais da educação.

Lei de Direitos Autorais pode incluir dubladores

Os dubladores de filmes foram incluídos pela Comissão de Educação na categoria de artistas intérpretes ou executantes. O colegiado também decidiu integrar a dublagem às obras intelectuais protegidas e conferir direitos de autor ao dublador. As medidas estão previstas em projeto da Câmara (PLC 35/03), cuja aprovação foi recomendada pelo relator, senador Antônio Carlos Valadares.

O autor da proposta, o então deputado Bispo Wanderval, lembra que a lei já inclui implicitamente os dubladores

entre os artistas intérpretes ou executantes, mas a alusão expressa da atividade garante de forma inequívoca a titularidade de direitos autorais aos profissionais da área.

De acordo com Valadares, “a inclusão expressa dos dubladores entre os artistas intérpretes ou executantes realmente permitirá aos profissionais da área se apoiarem na letra da lei para reivindicar, de forma inequívoca, os direitos que lhes são assegurados”.

O projeto ainda será votado em Plenário.

Universidade de Roraima terá novos campi

Os municípios de Rorainópolis, Caracará e Pacaraima, todos em Roraima, poderão ganhar campi avançados da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que deverão ministrar cursos de nível superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária.

Pela proposta do senador Augusto Botelho, aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação na reunião de terça-feira, o Executivo fica autorizado a criar os campi e os respectivos cargos, funções e empregos necessários ao funcionamento das novas estruturas acadêmicas (PLS 29/07).

Instalada em 1989, a Univer-

sidade Federal de Roraima tem 400 docentes, oferece 23 cursos de graduação em diversas áreas e conta com seis núcleos de pesquisa, além dos programas de pós-graduação e cursos de extensão, ressalta Augusto Botelho.

O senador Romero Jucá, responsável pelo parecer favorável à aprovação da matéria, lembra que Roraima possui poucas instituições federais de educação superior, o que “tem representado um grande empecilho para o surgimento de novas pesquisas e para o

crescimento do contingente de profissionais especializados, tão necessários para promover o desenvolvimento da região amazônica”.

Na mesma reunião, os senadores da CE também acataram requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para que a comissão solicite informações ao Ministério do Esporte a respeito da regulamentação da lei que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo (Lei 11.438/06).

Iniciativa vai favorecer pesquisas para desenvolver a Amazônia

EDUCAÇÃO

Qualificar professores é o caminho

Reunidos para a primeira de um ciclo de audiências públicas que a Comissão de Educação está promovendo para discutir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os especialistas convidados deixaram claro que a solução do problema educacional no país passa, forçosamente, por maiores investimentos na formação e qualificação de professores.

O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a crise educacional atual advém da ausência de prioridade na formação de professores pelas universidades, que é mais acentuada justamente nas universidades públicas.

Cristovam também salientou que a educação atual está defici-

sada e ainda mantém a mesma estrutura de cem anos atrás, apesar do avanço de recursos tecnológicos.

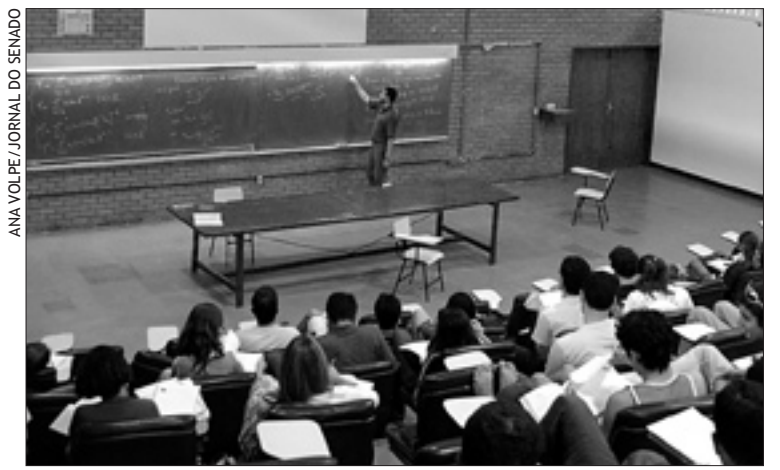
– As escolas de hoje continuam muito parecidas com as de antigamente, embora tudo tenha mudado radicalmente – observou.

O representante do Fórum de Livre Iniciativa na Educação, José Roberto Cuvac, criticou o Ministério da Educação por não ter convidado, quando da elaboração do plano – o chamado PAC da Educação –, representantes de instituições privadas de ensino superior, que respondem por mais de 3,2 milhões dos 4,4 milhões de matrículas. Lembrou que alguns programas, como o Universidade para Todos (ProUni), só obtêm sucesso devido à colaboração das

entidades particulares.

Já para o membro efetivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Manassés Claudino Fonteles, a qualificação dos licenciados exige, além de cursos, que as universidades contem com bibliotecas, computadores e equipamentos modernos.

O presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), João Roberto Moreira Alves, sugeriu a criação de pós-graduação para o ensino médio, com sistemas de aperfeiçoamento profissional, e de dispositivos de apoio ao professor. Ele enfatizou a necessidade de uma educação continuada para esses profissionais, com cursos periódicos de qualificação dos docentes.



Crise começa no desinteresse das universidades em formar professores, aponta Cristovam Buarque, que preside a CE

Senadores criticam recursos insuficientes

A educação ainda não é tema prioritário para o país, observaram os senadores que participaram da audiência pública. Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que as prioridades estabelecidas pelo Orçamento da União são prova de que a área não está entre os assuntos que preocupam o governo.

– Se achamos que algo é prioritário no país, olhamos o Orçamento: o dinheiro significa concretização de uma idéia – comentou Arns.

Cristovam Buarque disse, por exemplo, que, embora o PAC da Educação estabeleça investimentos de R\$ 2 bilhões ao ano, na verdade, são apenas R\$ 850 mil de novos recursos, pois a maior parte já está contemplada em programas atuais.

Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), os valores destinados à educação básica são muito baixos.

– Se a prioridade é educação

básica, o percentual está baixo. Os índices de investimento mostram a prioridade, mostram o rumo – destacou a senadora.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a reforma educacional deve contemplar procedimentos simples e eficazes, dando prioridade de

investimento aos setores básicos da educação. Investimento em equipamentos modernos podem ser inadequados, uma vez que muitas escolas, lembrou o parlamentar, não possuem condições sequer de realizar a manutenção de tais aparelhos.



Especialistas e o senador Cristovam Buarque (C) participam da audiência: investimentos baixos são prova da falta de prioridade

Para Unesco, situação no Brasil é grave

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil, Vicent Defourny, disse que a situação da educação brasileira é “crítica” e reconheceu não ser possível soluções em curto prazo. Na audiência pública da CE, ele sugeriu um pacto suprapartidário para discutir e apresentar soluções para os problemas da educação no Brasil.

Defourny propôs ainda que as transformações sejam iniciadas pela educação básica. Na sua opinião, essa etapa da formação educacional capacita as pessoas a dominarem os códigos fundamentais da sociedade do conhecimento – leitura com compreensão, aprendizagem contínua e desenvolvimento do raciocínio, entre outros. A reforma educacional, salientou, deve levar em conta a

qualidade e a ética.

O representante da Unesco também ressaltou ser necessário fortalecer a crença da sociedade brasileira no poder da educação como instrumento de mudança e de crescimento do país e observou que o momento deve ser de união em favor do setor.

– O Brasil não merece o sistema educativo que tem hoje – lamentou Vicent Defourny.

Comissão tem roteiro de 23 medidas para salvar educação

As 23 propostas sugeridas pela Comissão de Educação para melhorar a qualidade do ensino no Brasil são de autoria do presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque. A implantação do horário integral em todas as 164 mil escolas públicas brasileiras, a adoção do programa Escola Básica Ideal e a ampliação do ano letivo, que atualmente é de 200 dias de efetiva atividade escolar, estão entre as propostas da comissão.

Do documento, também constam sugestões para a criação de uma lei de responsabilidade educacional e de uma lei de metas para a educação. Além disso, o texto prevê a substituição do vestibular pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS) – nos moldes do sistema já implantado pela Universidade de Brasília (UnB), que reserva percentual de suas vagas para essa forma de acesso.

Algumas outras sugestões contidas nas propostas sugeridas pelo colegiado são a ampliação do número de escolas técnicas de nível médio; a proteção das edificações e dos equipamentos escolares; e a definição de padrões nacionais para todas as escolas brasileiras, incluindo desde o salário dos professores até a instalação física das escolas.

PDE propõe piso nacional de salário para os educadores

O PDE, chamado de PAC da Educação, prevê ações específicas para cada nível de ensino. Entre as principais propostas para a educação básica, destacam-se a criação da Provinha Brasil, que medirá o desempenho de crianças de seis a oito anos de idade; do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e do piso salarial nacional do magistério. A proposta torna ainda obrigatório o transporte escolar infantil.

Na educação profissional, estão previstas a criação do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com unidades em todas as cidades-pólo do país, a regulamentação do estágio e a reintegração do ensino técnico ao ensino médio, para jovens e adultos.

No nível superior, o governo quer modificar os sistemas de crédito estudantil, a fim de garantir financiamentos de até 100% das mensalidades e início do pagamento somente quando o aluno estiver formado e trabalhando. Também está prevista a concessão de 1.500 bolsas de pós-doutorado para manter os pesquisadores no país e a duplicação do número de vagas nas universidades federais.



Municipalistas e senadores discutem os pontos que prefeitos desejam modificar no projeto de regulamentação do Fundeb

Prefeitos pedem mudanças no Fundeb

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), formada por prefeitos e entidades municipalistas de todo o Brasil, reuniu-se na semana passada com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores para pedir alterações no projeto de lei de conversão (PLV 7/07), originário da Medida Provisória 339/06, que trata do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

A CNM requer alterações nos chamados “pesos orçamentários”, para que haja repasse

diferenciado dos percentuais de distribuição para creches, pré-escolas e ensino fundamental, e que se cumpra a transferência de recursos para o custeio do transporte escolar. A entidade propõe que a definição em lei dos fatores de ponderação para as etapas e modalidades da educação básica considere o peso 1,2 para as creches, 1,1 para a pré-escola e ensino médio e 1,0 para o ensino fundamental. Hoje, por exemplo, em relação às creches, o peso utilizado é de 0,8.

– Tenho esperança de que possam [os dispositivos do PLV]

pelo menos ser amenizados – assinalou Paulo Ziulkoski, presidente da CNM.

Outra reivindicação dos prefeitos diz respeito ao custeio, pelos municípios, do transporte de alunos da rede estadual, que não é ressarcido pelos governos estaduais, como determina a Lei 10.709/03. Os prefeitos e seus representantes também argumentaram que o Fundeb não é factível na prática, já que não há, por exemplo, condições financeiras de matricular crianças de até três anos, como determina a proposta.

MEIO AMBIENTE Congresso começa análise da criação do novo órgão, que divide tanto setor ambiental quanto a mídia



Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás: as áreas protegidas que passam à gestão do novo instituto ambiental são 288 e representam 7% do território nacional

Instituto ambiental nasce sob discórdia

Em meio a protestos por parte dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), críticas e elogios dividindo tanto o setor ambiental quanto a mídia, o Congresso Nacional começou a examinar, na semana passada, a Medida Provisória 366/07. Editada em 27 de abril, a MP cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma nova autarquia federal instituída para cuidar das 288 unidades de conservação da natureza, que ocupam 7% do território nacional.

O instituto será responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade. Pela MP, o órgão terá o poder de polícia ambiental nas áreas protegidas, sem retirar totalmente do Ibama idêntica atribuição que já vem exercendo. O Ibama também manterá suas funções de fiscalização, autorização do uso de recursos

naturais e concessão de licenças ambientais, tema de recente crise dentro do governo federal por causa dos projetos de construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia.

Do nome escolhido para o instituto – homenagem ao líder sindical dos seringueiros do Acre, assassinado em dezembro de 1988 – ao esvaziamento de parte das atribuições do Ibama, o pacote de medidas ambientais tem sido alvo de ataques desde que foi anunciado pela ministra Marina Silva, em cerimônia no Palácio do Planalto (veja reportagem na página 11).

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, presidirá interinamente o Instituto Chico Mendes, enquanto o chefe de gabinete da ministra, Bazileu Alves Margarido Neto, fica, também em caráter temporário, na presidência do Ibama. Segundo Marina Silva, as escolhas foram feitas para “assegu-

rar isenção” e para que “não haja disputa” no processo.

O Ibama conta hoje com cerca de 5.500 servidores na ativa. Com a criação do Instituto Chico Mendes, pelo menos 330 cargos serão repassados à nova autarquia ambiental, que terá uma estrutura de 513 funcionários, dos quais 288 serão os administradores para

cada uma das unidades de conservação, a serem indicados.

Além da redução de cargos, parte substancial dos recursos antes arrecadados pelo Ibama, informou na sema-

na passada a ministra do Meio Ambiente, agora passará para as mãos do novo instituto: a taxa de compensação ambiental, cobrada em empreendimentos que provocam danos ao ambiente, hoje de 0,5% sobre o valor do investimento, será aumentada para 2% e repassada integralmente para os cofres do novo instituto, para financiar as áreas de proteção ambiental.

Ibama manterá sua atribuição de emitir as licenças ambientais

Como ficou cada órgão

	Ibama	Instituto Chico Mendes
Número de servidores	Cai de 5.500 para cerca de 5.170	513 (cerca de 330 provenientes do Ibama)
Atribuições	Execução das políticas nacionais de meio ambiente; controle da qualidade ambiental; fiscalização, monitoramento e controle ambiental; autorização do uso de recursos naturais; licenciamento ambiental	Gestão das 288 unidades de conservação do país; elaboração de políticas para o uso sustentável dos recursos naturais; apoio ao extrativismo e às populações tradicionais; incentivo a programas de pesquisa e proteção da biodiversidade



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi criado pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, resultado da fusão de quatro entidades da área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente, Superintendência da Borracha, Superintendência da Pesca e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.



Segundo o decreto de criação do Instituto Chico Mendes, ato do Poder Executivo disciplinará a transição do Ibama para o Instituto Chico Mendes de patrimônio, de recursos orçamentários, extra-orçamentários e financeiros, de pessoal, cargos e funções e de direitos, créditos e obrigações.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Especialista defende descentralização e apóia medidas do governo

As unidades de conservação federais somam mais de 60 milhões de hectares, o que corresponde a 7% do território nacional. Nem todas são terras de propriedade da União, mas a maior parte é terra pública. Essa informação deixa clara “as dimensões colossais” da responsabilidade que pesava sobre os ombros do Ibama antes da edição da MP 366/07: administrar (e proteger) mais terras que qualquer outra instituição pública ou privada que existe no Brasil.

O gigantismo da tarefa que era atribuição do órgão não é o único problema identificado pelo professor Marc Dourojeanni, ambientalista peruano radicado no Brasil que há 20 anos, como funcionário do Banco Mundial, participou das articulações que

desaguaram na criação do Ibama.

– A maior parte das unidades de conservação não tem planos de manejo e esses são raramente aplicados. A visitação às unidades, que é de pouco menos de 2 milhões de pessoas por ano, é muitas vezes inferior ao seu potencial, não contribuindo como poderia ao turismo e ao desenvolvimento econômico, nem à educação ambiental. Por isso, muitas são consideradas como terra abandonada ou desperdiçada pelas populações locais, que não as querem – avaliou Dourojeanni em sua coluna no site O Eco.

Muitos países da América Latina, além de boa parte nas nações desenvolvidas, optaram por criar entidades como o Instituto Chico

Mendes para gerenciar suas unidades de conservação, segundo o ambientalista, porque a complexidade da questão ambiental exige de cada um dos seus órgãos dedicação exclusiva e especializada, sem prejuízo da coordenação – que, no caso brasileiro, deve ser, como assinala, uma das

funções primordiais do ministério e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

– O desmembramento das megainstituições ambientais é uma tendência geral. Não faz muito tempo foi a vez do Indere na Colômbia, que agora dispõe, como Venezuela, Costa Rica, Argentina e outros países, de um instituto de áreas protegidas. Praticamente todos os países onde as áreas protegidas funcionam bem e cumprem razoavelmente suas finalidades ambiental, social e econômica, têm uma administra-

ção autônoma.

Ao Ibama, sugere Marc Dourojeanni, caberia como função primordial a de agência de fiscalização e de licenciamento ambiental, tema que, como lembrou, tem sido motivo de constantes atritos entre governo, empresários ambientalistas.

– Até países de porte médio possuem uma entidade especializada em licenciamento ambiental, sendo óbvio que um país das proporções continentais do Brasil necessite, mais que outros, de uma agência especializada. Esta deveria contemplar também, como no caso da Environmental Protection Agency (EPA) dos EUA, a problemática da contaminação ambiental e do ambiente urbano, assuntos que o Ibama só vê de soslaio.



Ícone da defesa ambiental, Chico Mendes dá nome a instituto, cuja criação tem apoio de

JEFFERSON RUDY/MMA

MEIO AMBIENTE

Governo prega modernização da gestão ambiental

O discurso do governo em defesa da criação do Instituto Chico Mendes é uníssono: iniciativa visa unicamente reestruturar e modernizar o sistema federal de gestão ambiental, para adaptá-lo às grandes questões do momento, entre elas as mudanças climáticas, biocombustíveis e outras energias renováveis, meio ambiente urbano e gestão das unidades de conservação da natureza.

O próprio porta-voz do Palácio do Planalto, Marcelo Baumbach, destacou o fato de que o Ibama manterá suas atribuições de fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento ambiental. As mudanças não teriam, assim, a intenção velada de “desmobilizar” o Ibama,

que há algumas semanas causou embaraços ao divulgar estudo em que não recomendava a construção das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, consideradas essenciais ao sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as modificações contidas na MP 366/07 e nos quatro decretos presidenciais do final de abril asseguram à sua pasta uma estrutura à altura do desafio ambiental existente no Brasil. Ela diz que, entre as metas, está a de criar mais 20 milhões de hectares de unidades de conservação até o final do segundo mandato de Lula.

– Somos responsáveis por

11% da água doce do planeta e por 22% das espécies vivas do mundo, e temos a maior floresta tropical. Temos, também, uma agenda promissora em relação às alternativas de energia fósseis, e o Brasil poderá contribuir com todo o processo de adaptação ao contexto das mudanças climáticas – enumerou a ministra.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que cumulativamente é o presidente interino do Instituto Chico Mendes, não tem dúvidas de que a divisão de tarefas vai melhorar a gestão ambiental.

– As medidas fortalecerão o sistema de gestão ambiental do governo. O Ibama será mais eficiente porque terá mais foco – destacou Capobianco,

que deve elaborar, até o final de julho, as bases de atuação dos dois órgãos.

Ele justificou o anúncio repentino das mudanças e o fato de terem sido feitas por MP: foi um modo de evitar a descaracterização de unidades de conservação. Tais cautelas teriam evitado ações de grileiros, madeireiros e fazendeiros em áreas protegidas, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Para Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (mais ligado à questão dos povos indígenas), as medidas são corretas. “Um instituto para tratar apenas das áreas de preservação pode levar o governo a tirá-las do papel. Mas não basta um decreto”, conclui.



Marina designou Capobianco (E) e Margarido presidentes do Instituto Chico Mendes e do Ibama

Servidores e ambientalistas endurecem críticas

Entre os adversários das medidas previstas na MP 366/07 alinham-se funcionários do Ibama, parte dos ambientalistas, jornalistas e políticos. Os argumentos contrários variam muito: vão desde a defesa da unicidade na gestão ambiental até o que chamam de “partidarização da questão ambiental” dar o nome de Chico Mendes ao instituto nacional de biodiversidade.

Para o presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, Jonas Correia, a proposta é um retrocesso na política ambiental, que poderia levar à própria extinção do Ibama. Líder da mobilização que, na semana passada, defendeu na Esplanada dos Ministérios a revogação da medida, ele busca argumentos legais contrários à MP.

– O desmembramento trará danos irreparáveis à política ambiental e pode levar à criação de uma agência de licenciamento para respaldar o desenvolvimento a qualquer custo – alerta Correia, que pediu apoio dos presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros.

Os servidores do Ibama se dizem contrários ao novo órgão por entenderem que ele quebraria a unicidade da gestão ambiental,

pondo em risco o desenvolvimento sustentável.

– A ministra Marina Silva não tem coragem de extinguir o Ibama, assim retira pessoal e recursos e o deixa auto-extinguir-se – diz a presidente da Associação dos Servidores do Ibama no Distrito Federal, Lindalva Cavalcanti, que não descarta uma greve por tempo indeterminado para pressionar o governo. Isto paralisaria serviços como licenciamento para pesca, permissão para exportação de madeira, exploração de fauna e flora e importação e exportação de pneus.

O assunto divide opiniões. Há

propostas de abaixo-assinados contra a MP 366/07. E a escolha do nome Chico Mendes para o instituto encontrou oposição exaltada. “É um atestado de sectarização”, escreveu o jornalista Marcos Sá Corrêa no site O Eco. José Truda Palazzo Júnior, ambientalista que se notabilizou por projetos de proteção às baleias francas, considera a escolha um erro e critica a “visão estreita”.

– O Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade deve ser de todos, não um monumento à devastação da Amazônia, que os amigos de Chico Mendes não se importam em conter – acusa.



Funcionários do Ibama entram em greve nacional a partir desta segunda-feira, por tempo indeterminado, contra a reformulação

Aquecimento global tem solução, acredita relator

Em audiência pública da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas na Assembleia Legislativa do Pará, na segunda-feira, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse esperar que as atividades resultem em um relatório que apresente diagnósticos e soluções para diminuir o impacto das mudanças

climáticas e do desequilíbrio ecológico no Brasil.

Para ele, a audiência foi simbólica, em razão da grande cobertura vegetal do Pará, que enfrenta “grandes problemas de desmatamento”.

Os parlamentares debateram com técnicos, representantes de órgãos governamentais e do

setor produtivo temas como o uso da terra e a biodiversidade da Amazônia, além de pesquisas e mudanças climáticas, o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento. Também participaram das conversas os deputados federais Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Augusto Carvalho (PPS-DF) e Eduardo Gomes (PSDB-TO), presidente da comissão. Eles debateram com pesquisadores da Embrapa e da Universidade Federal do Pará; o secretário de Agricultura do Pará, Cássio Alves Pereira; Valmir Gabriel Ortega, da Secretaria do Meio Ambiente; e representantes do Museu Emílio Goeldi, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e do Fórum da Amazônia Oriental, além de deputados estaduais.

Casagrande, acompanhado do senador José Nery (PSOL-PA), visitou o Museu Emílio Goeldi, onde ouviu especialistas sobre as

pesquisas da instituição.

Foi aprovado requerimento do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para realização de audiência pública em Campo Grande, onde se discutirão consequências do aquecimento global sobre o Pantanal. A comissão também aprovou requerimentos de Eduardo Gomes. Dois pedem missões oficiais: ao Congresso Internacional sobre Mudanças Climáticas na Universidade Nacional de Ucayali (UNU), em Pucallpa, no Peru; e a Genebra e Moscou, para conhecer os projetos da Green Cross International, dirigida por Mikhail Gorbachev. Outro pede tradução para o português do sumário da terceira parte do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês), apresentado no último dia 4, na Tailândia. E o último pede a publicação de 7 mil exemplares do documento.

Especialistas debaterão sobre resíduos sólidos

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos aprovou na terça-feira requerimento do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) para debater, em duas audiências, problemas ambientais e sociais decorrentes dos lixões. Serão convidados vários especialistas e representantes do governo, do empresariado e dos municípios.

Criado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o colegiado tem 12 meses para propor parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados por entes públicos e privados com relação ao lixo nas cidades.



Ao lado do deputado Eduardo Gomes, Renato Casagrande (E) debateu, em Belém, as consequências do aquecimento climático

ENERGIA Especialistas dizem que incerteza energética e ansiedade ambiental aumentam interesse pelo etanol



Cana-de-açúcar: convidados e parlamentares revelam preocupação com problemas de logística



Ansiedade energética fortalece o etanol

O mercado mundial de combustíveis hoje é norteado pela insegurança energética e pela ansiedade ambiental, e o interesse internacional no etanol brasileiro reflete a intenção política de diversificar as matrizes energéticas e acabar com a dependência do petróleo, apontaram especialistas em audiência pública na quarta-feira. Promovida pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o encontro discutiu perspectivas de mercado e projeções de cenários futuros para os biocombustíveis.

– No futuro, o etanol será pro-

duzido em escala maior, o consumo será disseminado no mundo e seremos produtores importantes. O etanol deixará de ser o aditivo da gasolina, como é hoje, para ser o substituto da gasolina. As reservas de petróleo estão decaindo e a insegurança energética fará o etanol ser a alternativa à gasolina – afirmou Roberto Gianetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Para Gianetti, na busca por um produto que substitua o petróleo,

o etanol vem sendo a alternativa de maior sucesso e a produção de álcool no Brasil deve aumentar 50% nos próximos anos. Ele destacou ainda que a tecnologia flexfuel, de carros que funcionam com álcool ou gasolina, está presente em 80% dos veículos vendidos no país hoje.

A grande preocupação, alertou, é logística: de que forma o produto chegará aos pontos de venda. Para Gianetti, os investimentos em logística não estão acompanhando o crescimento da produção e, se não forem feitos, em pouco tempo haverá um “gargalo logístico” que poderá redundar em aumento de preço.

Petrobras já tem três usinas em vista

Também presente à audiência, o gerente de Comércio de Álcool e Oxigenados da Petrobras, Sillas Oliva Filho, destacou que a estatal está concluindo três usinas de biodiesel no Nordeste e que novas usinas devem ser construídas em parceria com o setor privado.

A Petrobras já comercializa biocombustíveis na África e América Latina, disse o gerente, para quem a tendência é de os países aumentarem os percentuais de combustíveis renováveis utilizados na mistura com a gasolina.

– O biocombustível é uma febre mundial não só por causa do meio ambiente, mas também por causa do preço do petróleo e por injetar recursos no agronegócio local – analisou.

Sillas Oliva disse que hoje o biocombustível representa, no setor de transportes, menos de 4% da demanda mundial. As “grandes vedetes” são a gasolina no mercado americano e o diesel, no europeu, mas o biocombustível deve atingir 5% ou 6% do mercado mundial até 2012, previu.

O gerente lembrou ainda que

os EUA importam da Venezuela e do Oriente Médio 60% do petróleo que usa. Já 90% do petróleo consumido pelo Japão são importados do Oriente Médio.

– Esses países estão preocupados com a instabilidade política e econômica dessas regiões e buscam agora a diversificação que o Brasil buscou há 30 anos. Hoje o Brasil tem uma economia estável, terra para atender à produção, possibilidade de exportação por portos do Sudeste, Nordeste e Sul, e experiência no uso de combustíveis alternativos – afirmou.

Opção pela biomassa é “irreversível”

O mundo está vivendo “a era da biomassa”, segundo afirmou Ângelo Bressan Filho, diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Energia da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Como um dos convidados para o debate sobre biocombustíveis, o diretor observou que não faz sentido temer que o aumento da plantação de cana-de-açúcar ameace santuários ecológicos, uma vez que as áreas mais propícias à cultura estão no Sudeste e Centro-Oeste, sem oferecer riscos às regiões de preservação.

Para Bressan, o investimento mundial em biomassa é uma “decisão irreversível” e isso trará

mudanças para países tropicais como o Brasil. O mais difícil, para todos os países, será modificar o padrão de uso de combustíveis.

– É um esforço monumental. Se quisermos de fato reduzir o uso de combustíveis fósseis e começar a minimizar os efeitos catastróficos no clima, isso vai exigir um esforço monumental de toda a Humanidade – alertou.

Ao debater o assunto, César Borges (DEM-BA) apontou que o Brasil está vivendo uma “grande oportunidade”, mas afirmou temer que o governo intervenha no processo com a pretensão de ter o monopólio do comércio de biocombustível. Outra preocupação é a logística necessária para a comercialização do produto, de-

clarou, lamentando a inexistência de políticas públicas de incentivo à participação do Nordeste na produção de cana-de-açúcar.

Roberto Gianetti da Fonseca disse a César Borges que deve haver um diálogo racional entre os setores público e privado sobre a comercialização e a produção de biocombustíveis. Ele sugeriu ainda que o Nordeste invista na produção de etanol de mandioca, uma alternativa à cana.

Jonas Pinheiro (DEM-MT) manifestou seu receio sobre o excesso de produção de álcool e sua preocupação com as dificuldades logísticas de escoamento. Sibá Machado (PT-AC) informou que o Acre deseja participar da produção de biocombustíveis.

Senadores debatem marcos regulatórios

A regulação do setor de energia elétrica abriu, na semana passada, a série de audiências públicas para discutir os marcos legais do setor de infraestrutura que será realizada pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o estabelecimento desses marcos é imprescindível

Para Delcídio, é imprescindível dar segurança aos investidores privados

Essa necessidade de clareza no plano legal e normativo foi reforçada por todos os expositores – o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman; o subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, Luiz Alberto dos Santos; e o presidente do Instituto Acende Brasil – que congrega investidores privados –, Cláudio Sales; e pelos senadores Eliseu Resende (DEM-MG) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), este relator da subcomissão.

– Não há como brigar contra a percepção de risco por parte dos investidores, mas mostrar que estamos diminuindo os riscos, fazendo o dever de casa persistentemente – opinou Kelman.

Segundo ele, em função do medo de perdas em de-

corrência da legislação ou de decisões por parte do poder público, os investidores têm exigido do Brasil uma taxa de retorno da ordem de 15%, com repasses aos consumidores, enquanto no Chile essa taxa não passaria de 8%.

O risco é percebido em várias esferas, como no Judiciário, por meio de decisões que podem se basear em deficiência de informação; no Legislativo, por meio da aprovação de leis que elevem

tributos; na área ambiental, por meio do estabelecimento de metodologias, na opinião de Kelman, questionáveis, de licenciamento

ambiental; e no âmbito das próprias agências, por meio de ações que lhes retirem o papel de “árbitros”, vinculando-as a interesses de governo e não de Estado.

Eliseu Resende manifestou-se favoravelmente a uma definição clara do papel das agências e dos ministérios, de modo que o governo formule políticas e as agências regulem e fiscalizem cada setor.

– Não há como culpar uma agência por falta de decisões do governo – afirmou Eliseu Resende.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Capobianco, não compareceu, mas será convidado para a audiência que discutirá os recursos hídricos, em data a ser marcada.



Jerson Kelman defende que agências reguladoras sejam vinculadas a interesses de Estado, e não de governos

SAÚDE

“Aborto é questão de saúde pública”

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, reafirmou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, que o aborto é uma questão de saúde pública e assim deve ser tratado pelo governo. Quem duvida disso, salientou, “está delirando” ou tem algum “problema mental”.

– Não se pode prescrever dogmas de determinada religião para a sociedade inteira – disse o ministro, ao responder sobre a posição da Igreja Católica (veja matéria abaixo), que tem se colocado contra a realização de um plebiscito sobre o assunto.

Ele lembrou que, no Brasil, a Igreja e o Estado já estão separados há muito tempo. A declaração foi feita em referência à informação veiculada na imprensa de que o papa Bento XVI, que visitou o Brasil na semana passada, faria afirmações fortes em favor da vida, o que, de fato, veio a ocorrer.

– Aborto no Brasil é um problema de saúde pública, que precisa ser debatido por todos os segmentos da sociedade brasileira, porque tem implicações éticas, religiosas e sociais. Até agora não há posição oficial do governo, mas considero que falar sobre o assunto representa uma polêmica positiva, uma vez que algo precisa ser feito sobre essa

ferida aberta da sociedade brasileira – disse.

Ele declarou que gostaria de conhecer a opinião das mulheres, uma vez que elas são as maiores interessadas no assunto. Ressaltou, ainda, “que prescrever dogmas de fé numa sociedade de muitas religiões como a brasileira parece ser um contra-senso”.

Ministro é contra propaganda de bebidas

Temporão defendeu a regularização da Emenda Constitucional 29, que determina percentuais de transferência de recursos para a saúde pela União, estados e municípios. O total de recursos orçamentários para a área da saúde chega quase a R\$ 80 bilhões, contados os repasses de todos os entes federados.

Ao responder a perguntas dos senadores, Temporão se disse contra propagandas de bebida alcoólica, que incitam o consumo, e defendeu normatização para a distribuição dos medicamentos excepcionais. Posicionou-se favoravelmente ao projeto que aumenta a licença-maternidade de quatro para seis meses e à vacinação contra o vírus HPV, que provoca câncer. E declarou-se contra o reajuste da tabela do SUS. Para ele, neste caso, seria melhor criar nova metodologia.



Temporão, ao lado de Patricia Saboya e Papaléo Paes, expõe seus planos para o Ministério da Saúde

Quebra de patente recebe apoio no Senado

José Gomes Temporão defendeu a quebra de patente do medicamento Efavirenz, determinado no último dia 4, e garantiu que não vai haver afastamento de investidores da indústria farmacêutica. Temporão disse que a empresa produtora realizava cobranças diferenciadas, vendendo o remédio a um preço muito mais alto para o Brasil.

– O Brasil coloca a saúde pública acima de qualquer questão e exige um preço justo – afirmou.

Para a Tailândia, frisou o ministro, o medicamento era vendido a um preço três vezes menor, a 65 centavos de dólar, enquanto no Brasil era vendido a US\$ 1,60. Ele destacou a declaração do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, que considera que o Brasil compra medicamentos por um preço abusivo. Clinton sugeriu inclusive, segundo Temporão, que os preços fossem reduzidos em 50%. O ministro lembrou ainda que o laboratório Merck Sharp & Dohme não investe em pesquisa no país, apesar de destinar 20% do seu lucro, ou US\$ 5 bilhões, para esse setor. Ele lamentou que o aumento da utilização do medicamento não tenha sido considerado na

proposta feita ao governo.

– Quase 3 mil pacientes usavam o remédio em 1999 e, hoje, outras 75 mil usam. Esperamos que outras 120 mil passem a usá-lo.

Todos os senadores presentes à audiência pública elogiaram a decisão. Apesar da preocupação com afastamento de investidores manifestada por alguns, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) garantiu que isso não significa

risco, já que a Organização Mundial de Saúde legitima a atitude em determinados casos.

– Isto não representa nas relações internacionais a desconsideração do direito de patente, mas mostra que temos uma política pública que é respeitada e será um chamamento a muitos países pobres – disse.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) declarou que a decisão não afronta direitos legítimos.



Um dia antes da vinda do Papa, religiosos católicos e evangélicos fizeram marcha contra o aborto, na Esplanada dos Ministérios

Católicos e evangélicos fazem passeata pela vida

Um dia antes da chegada do papa Bento XVI ao Brasil, religiosos de confissão católica e evangélica fizeram uma passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em manifestação contra a legalização do aborto. A marcha “Clamor pela vida, contra o aborto” saiu da Catedral de Brasília em direção ao Congresso e teve apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Família e Apoio à Vida, formada por congressistas católicos e evangélicos.

Os manifestantes declararam, em um documento entregue aos parlamentares, que o aborto é um “ato contra a vontade de Deus” e contra a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O texto critica o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que teria apresentado “dados questionáveis” sobre o assunto, e aponta interesses econômicos, que estariam rela-

cionados à venda de tecidos de fetos abortados.

Papa pode excomungar políticos pró-aborto

No dia seguinte, ao desembarcar no Brasil, o papa Bento XVI discursou pedindo respeito à vida “desde o momento da concepção até o seu natural declínio”. Ele apelou por um retorno aos valores cristãos. Ainda no avião, em entrevista, o Papa mostrou-se favorável à excomunhão de políticos que votarem a favor da legalização do aborto, como sugeriram as autoridades eclesiais do México, onde a proposta tem forte apoio no Parlamento.

Mais tarde, ao pedir ensino religioso nas escolas públicas, Bento XVI ouviu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Estado permanecerá laico.



O remédio Efavirenz, que teve licenciamento compulsório determinado pelo governo, é usado no tratamento da Aids

Temporão quer combate ao alcoolismo

Ao falar sobre as diretrizes de sua gestão, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais e da sua Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que o trabalho do ministério terá ações integradas com os setores de educação, saneamento, habitação e emprego.

Temporão afirmou que o trabalho será voltado ao combate a problemas que atingem a sociedade moderna, como os vícios em álcool e o tabaco. Em relação ao fumo, por exemplo, citou que o Brasil é o país que mais reduziu o número de fumantes. No entanto, ressaltou que o álcool

continua um problema sério. Ele lembrou os efeitos danosos do fumo para o coração e informou que o ministério prepara uma política ampla de combate e controle do hábito de beber.

Temporão citou os programas de planejamento familiar,

voltados a ampliar o acesso à informação e aos meios de prevenção da gravidez indesejada.

Destacou o Programa Saúde da Família, que atende a 100 milhões de pessoas, com um contingente de 260 mil agentes de saúde. Mas reconheceu que as ações “chegam lentamente” às periferias das grandes cidades.

Quanto aos tratamentos de alta complexidade, o ministro

declarou considerar adequada a remuneração do SUS. Ele alertou para o risco de ceder à pressão pelas novidades que surgem no mercado. Segundo Temporão, há um equilíbrio delicado entre a atenção básica da saúde e o acesso à alta complexidade dos novos tratamentos.

O ministro lamentou a ineficiência em dois pontos importantes. O fato de o primeiro contato entre médico e paciente ser ruim, no SUS, e o funcionamento da Farmácia Popular – que, em sua opinião, apresenta problemas, talvez pela falta de normas legais e critérios mais claros de atendimento à população. Também se disse insatisfeito com a ineficiência dos gastos em saúde. Para ele, a solução estaria na integração dos serviços.

Solução para ineficiência nos gastos estaria na integração dos serviços

COMISSÕES

Debate revela que país não pune turismo sexual

Combater a exploração sexual de crianças e adolescentes é tarefa das mais penosas, desabafou a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) durante audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na quinta-feira, para debater o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), lançado pelo Ministério do Turismo.

A senadora, que presidiu uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o assunto, disse que até hoje nenhum dos 17 casos “emblemáticos” que a CPI encaminhou ao Ministério Público recebeu qualquer punição.

Patrícia disse que se encontrou “mais de dez vezes com o ministro da Justiça” e “mais de 20 vezes



Apresentação de Fabiana Gorenstein (D) durante audiência pública é acompanhada por Jonas Pinheiro e Iara Lúcia Brasileiro

com representantes da Polícia Federal”, mas, mesmo assim, não teve qualquer resposta sobre os casos investigados pela CPI.

Patrícia acredita que os piores problemas são os que a sociedade se recusa a ver. Assim, sugeriu a exposição pública dos culpados

e a prisão de estrangeiros que realizam tal prática no Brasil.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também destacou a dificuldade de se acabar com o turismo sexual. Para ele, é preciso punir os culpados com grande constrangimento e publicidade.

Para especialista, prática deve ser tratada como crime

Convidada para o debate na CDR, a consultora do Ministério do Turismo Fabiana Gorenstein informou que, na preparação do Programa Turismo Sustentável e Infância, foram feitos esforços para enfrentar o problema da exploração sexual de crianças. Segundo enfatizou, turismo sexual deve ser tratado como crime, e não como turismo.

Entre os caminhos para me-

lhorar a situação, destacou a qualificação do setor no Brasil; a conscientização sobre a responsabilidade social; e ações para atender as populações de risco. De acordo com a especialista, essas são indicações da Organização Mundial do Turismo (OMT).

Também convidada para a audiência, a integrante do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB) Iara

Lúcia Gomes Brasileiro assinalou que a proteção às crianças em risco será aumentada à medida que se conseguir dar maior sustentabilidade ao turismo.

— É preciso proteger crianças e

adolescentes para garantir que possam se desenvolver plenamente como pessoas — disse.

A especialista ressaltou que a exploração do turismo sexual é exercida, em grande parte, por pessoas com formação, que podem ser até políticos, religiosos, professores.

— Muitas vezes são pessoas com papel importante na sociedade — frisou.

Presente ao debate, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a aprovação de projetos que criam normas mais duras para punir crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou a dificuldade de serem encontrados culpados de pedofilia na internet e pediu a aprovação de projeto que tipifica crimes cometidos com o uso da rede mundial de computadores.

Ministério pode criar fundo para cobrir quebra de safra

O governo pode apresentar ao Congresso, até junho, projeto para criar um “fundo de catástrofe” para o setor agrícola. O anúncio foi feito por Edilson Guimarães, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ele acompanhou o ministro Reinhold Stephanes em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, assim como Inácio Afonso Kretz, secretário de Defesa Agropecuária.

O objetivo do fundo é bancar as seguradoras do setor agrícola, por meio de operações de resseguro, em casos de catástrofes causadas por fatores climáticos, por exemplo. Osmar Dias (PDT-PR) apoiou a iniciativa.

— Não há como atrair seguradoras estrangeiras, e nem mesmo as nacionais, para um segmento de alto risco como é a agropecuária, sem que haja esse fundo — declarou o senador.

Osmar argumentou que as seguradoras “podem dar

conta de perdas localizadas, mas, quando a catástrofe é regional, isso as leva praticamente a quebrar, caso atendam a todas as demandas dos produtores”. Ele ressaltou que os problemas climáticos que afetaram o setor entre 2003 e 2004 demonstraram essa dificuldade.

No mesmo sentido, o secretário de Política Agrícola afirmou que “as seguradoras que atuavam com produtos agrícolas tiveram grande prejuízo no passado (...) e fugiram do Brasil”. Ele frisou que o governo federal está tentando trazer as resseguradoras de volta ao país, e que a quebra do monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) é um importante passo nesse sentido.



Kretz (E), Stephanes, Joaquim Roriz e Edilson Guimarães na audiência da CRA

Parlamentares querem mais verbas para sanidade animal

O aumento dos investimentos em sanidade animal foi defendido pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Delcídio Amaral (PT-MS) durante audiência pública realizada na quinta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A reunião contou com a presença do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. Os senadores representam os dois estados mais afetados pela descoberta — ou suspeita — de focos de febre aftosa em 2005.

O ministro confirmou, após a audiência, notícia que vem sendo veiculada desde o mês passado, de que o governo federal deve editar uma medida provisória que libera R\$ 25 milhões para o controle e o combate dessa doença em Mato Grosso do Sul.

Osmar aponta prejuízos causados ao Paraná

Autor do requerimento para que Reinhold Stephanes comparecesse à audiência, Osmar Dias declarou que o governo

federal havia errado ao anunciar a existência de focos de febre aftosa no Paraná — nessa época, Stephanes ainda não tinha assumido a pasta. Para o parlamentar, o anúncio foi precipitado e prejudicou o estado, que teria contabilizado um prejuízo de R\$ 1 bilhão.

O senador também afirmou que, dos cerca de R\$ 170 milhões destinados em 2006 aos gastos com sanidade animal, apenas R\$ 64 milhões foram efetivamente liberados para o Ministério da Agricultura. Ele ressaltou que o Congresso precisa atuar para que tais recursos não sejam novamente contingenciados e estejam efetivamente disponíveis, sob pena de perda de mercado.

Delcídio e Osmar também defenderam a integração do Brasil com os países de fronteira, como o Paraguai e a Bolívia, nas ações relativas à sanidade animal. O senador pelo Mato Grosso do Sul argumentou que, se não houver um trabalho conjunto, “não adiantará adotar medidas nessa área”.



Sem resposta: Patrícia relata esforços junto ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal

Semana de mobilização contra a impunidade

Será divulgado nesta terça-feira um dossiê revelando o andamento dos casos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual, que funcionou no Senado em 2003 e 2004. O documento será apresentado pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, coordenada pela senadora Patrícia Saboya, bem como por outras entidades que atuam na área.

O dossiê relatará o andamen-

to dos casos emblemáticos de violência sexual contra meninos e meninas para pressionar o Congresso Nacional a votar os projetos que modificam o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de ampliar a punição para esses crimes. Tais propostas já foram aprovadas no Senado e aguardam votação na Câmara desde o início de 2005.

O documento também será entregue à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra

Ellen Gracie, na quarta-feira, e ao ministro da Justiça, Tarso Genro, na quinta-feira.

As entidades constataram, com pesar, que muitos dos pedidos de indiciamento feitos pela CPI (foram mais de 200) ainda não saíram do papel.

Também na quinta-feira, haverá atividades recreativas na Esplanada dos Ministérios e sexta-feira será um dia de luta contra a impunidade de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

Senadores discutem com governo benefício para pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará reunião com representantes dos ministérios da Previdência e Assistência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nesta quarta-feira, para discutir o direito de pessoas com deficiência receberem um benefício de prestação

continuada (equivalente a um salário mínimo), mesmo que morem com aposentado ou pensionista também beneficiário.

A mudança foi aprovada pela CDH, em decisão terminativa, como alteração na Lei Orgânica de Assistência Social. No entanto, somente a partir desse encontro com representantes do

Executivo haverá condições de saber se a matéria ainda será discutida pelos parlamentares no Plenário do Senado ou seguirá direto para a Câmara.

Originalmente de autoria de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, o projeto pretendia alterar o Estatuto do Idoso, mas Papaléo Paes (PSDB-AP), relator

da matéria, preferiu alterar a lei orgânica para que o benefício seja estendido também às pessoas com deficiência. A medida aprovada — um substitutivo de autoria de Papaléo, Paim e Flávio Arns (PT-PR) —, entretanto, despertou a reação do Executivo, temeroso de que isso resulte em inesperado aumento

da despesa pública.

Tanto Paim quanto Arns argumentam que essa nova destinação de recursos não será uma perda para o país, mas um investimento social. Paim disse que o governo apresentará seus dados, que serão debatidos com os senadores no encontro previsto para quarta-feira.

INTEGRAÇÃO Presidência será exercida em sistema de rodízio semestral, a começar pelo paraguaio Alfonso Nuñez

Identidade política do bloco será fortalecida, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou no pronunciamento feito na abertura do Parlamento do Mercosul, na segunda-feira passada em Montevidéu, que o novo órgão deverá acelerar a incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos do Brasil. Segundo ele, esse será um instrumento fundamental para fortalecer a identidade política e institucional do bloco.

Renan ainda registrou a hospitalidade do governo uruguaio, que cedeu as instalações do Palácio Legislativo para a sessão inaugural e a da prefeitura da cidade de Montevidéu, em cuja sede serão realizadas as próximas sessões do Parlamento do Mercosul. Na avaliação do presidente do

Senado, o Uruguai, ponto de confluência entre civilizações ibéricas, representa, com perfeição, o sonho de integração sul-americano.

Ainda na sessão de instalação do Parlamento, o ministro das Relações Exteriores,

Celso Amorim, criticou os “mercocéticos”. Ele citou a ampliação de investimentos entre os países do bloco e o expressivo crescimento do

“Quem não se liberta de valores passados resiste a admitir sucesso do Mercosul”

comércio regional como provas de que a integração continental está obtendo mais sucesso do que admitem os seus críticos.

– Talvez as maiores dificuldades sejam as resistências mentais dos que não conseguem se libertar de valores passados. Além da integração física, precisamos promover a interconexão dos espíritos.

Carta de Montevidéu propõe aprofundar a integração

Por iniciativa da delegação brasileira, o Parlamento do Mercosul aprovou a Carta de Montevidéu, na qual se destaca a intenção de avançar no aprofundamento da “dimensão política” do bloco. O documento ressalta a abertura de espaços para todas as correntes políticas, de maneira a contribuir para a construção de uma “cultura de cidadania vinculada ao fortalecimento da democracia”.

“O Parlamento assegurará um espaço comum destinado a refletir o pluralismo e as diversidades da região, contribuindo para a democracia, a representatividade, a transparência e a legitimidade do processo de integração”, estabelece o documento, aprovado por unanimidade.

Os signatários da carta desejam ainda projetar para o resto do

mundo a identidade do Mercosul, com base em valores como a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e o repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente as relativas a gênero, cor, etnia e religião. Defendem também a promoção do desenvolvimento sustentável da região, buscando a “correção das assimetrias dentro e entre os países”.

Durante o debate da Carta de Montevidéu, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou “demasiadamente diplomática” a expressão “correção de assimetrias”. Ele defendeu a inclusão, no texto, de termos como desigualdade, pobreza e exclusão social, “uma linguagem mais parlamentar”. A sugestão pode entrar na versão final do texto.



Dr. Rosinha (E), com Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Adelmir Santana (fundo), na primeira sessão

81 parlamentares do Mercosul tomam posse

Tomaram posse na última segunda-feira os 81 membros do Parlamento do Mercosul, que realizou sessão inaugural em Montevidéu, no Uruguai. São nove deputados e nove senadores de cada um dos países-membros plenos – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, mais nove deputados da Venezuela, esses sem direito a voto porque o país ainda é considerado membro em processo de adesão.

O senador paraguaio Alfonso González Núñez foi escolhido o primeiro presidente do Parlamento. Seu mandato se encerrará ao final de junho, em decisão tomada por consenso após uma disputa política iniciada a respeito da duração dos mandatos do presidente e da Mesa diretora.

Ficou acertado que o mandato da Mesa – composta por Núñez e quatro vice-presidentes, indicados pelos demais países do bloco – se estenderá até o final de 2008. Até lá, os vice-presidentes indicados por Argentina, Brasil e Uruguai se

revezarão no poder por períodos semestrais. O rodízio não inclui a Venezuela.

– Chegamos a esse encontro com a proposta de mandato de um ano para o presidente, mas concordamos que se estabeleça o rodízio até dezembro de 2008, quando termina o mandato da atual Mesa – disse o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente pelo Brasil, ao comentar a decisão.

Antes que se chegasse a esse consenso, havia posições distintas entre as bancadas. Núñez foi eleito na segunda-feira, mas ficou pendente a definição do tamanho de seu mandato. Prevaleceu a tese de que o rodízio entre os quatro países acompanhará o rodízio da presidência pro tempore do Mercosul. A delegação brasileira, porém, desejava inicialmente apoiar o estabelecimento do prazo de um

ano e a escolha para a presidência do atual vice-presidente uruguaio do Parlamento, deputado Roberto Conde.

Como a sessão de terça-feira começou sem um entendimento, foi nomeada – por iniciativa do Uruguai – comissão para negociar a questão. Em nome da delegação brasileira, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) queria uma solução de consenso. Encerrada a reunião, os defensores do mandato anual recuaram em nome do entendimento.

– Arriamos a bandeira, mas não nos rendemos – resumiu Roberto Conde, que deverá ser eleito presidente em 25 de junho.

O Parlamento decidiu ainda constituir duas comissões para analisar o projeto de regimento interno e a pauta política para os próximos meses. As sessões ocorrerão às segundas-feiras, a partir das 10h.

Senadores ressaltam dimensão histórica



Marisa Serrano destacou que participação feminina vai garantir igualdade de direitos

A dimensão histórica da realização das primeiras sessões do Parlamento do Mercosul foi ressaltada por senadores brasileiros durante a reunião em Montevidéu. Na opinião desses parlamentares, este é o momento adequado para garantir maior aproximação política entre os países que compõem o bloco.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse não entender o motivo pelo qual a imprensa estaria vendo “com antipatia” o nascimento do novo Parlamento. Ele revelou sua surpresa, por exemplo, ao constatar que a notícia a respeito da realização da primeira sessão, em Montevidéu, havia recebido apenas pequena menção na primeira página do principal jornal uruguaio, El País.

Inácio Arruda (PCdoB-CE)

considerou um “marco histórico” a primeira sessão do novo Parlamento. O senador minimizou o tratamento dado pela imprensa.

– Sempre haverá manchetes negativas. O mais importante é consolidar o Parlamento do Mercosul como grande caixa de ressonância da sociedade – sustentou Inácio Arruda.

Marisa Serrano (PSDB-MS) apontou a presença de poucas mulheres no Parlamento, assim como nos parlamentos nacionais de cada integrante do Mercosul. A seu ver, a integração tem que ocorrer também nas questões relativas a gênero.

– A participação feminina é importantíssima, na busca de garantia de mesmos direitos e oportunidades para as mulheres – afirmou Marisa.

O que é o Parlamento do Mercosul

81 integrantes permanentes
9 deputados e 9 senadores, todos com direito a voto, de cada um dos países-membros plenos: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai
9 deputados, sem direito a voto, da Venezuela (o país tem Parlamento unicameral e está em processo de adaptação às regras do Mercosul)



Presidência

- senador Alfonso Gonzalez Núñez, do Paraguai (com mandato até junho de 2007), será presidente até 25 de junho de 2007
- deputado Roberto Conde, do Uruguai (até dezembro de 2007)
- deputado Alberto Balestrini, da Argentina (até junho de 2008)
- deputado Dr. Rosinha, do Brasil (até dezembro de 2008)

Vice-presidência

Quando não forem presidentes, esses dirigentes exercerão a vice-presidência, ao lado do deputado Saúl Ortega, da Venezuela.

Reuniões

As sessões ocorrerão às segundas-feiras, a partir das 10h, sendo que a próxima reunião está marcada para o dia 25 de junho.

PLENÁRIO

Cristovam: Bolívia pode ter guerra civil

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de comissão específica ou mesmo a formação, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), de grupo de estudos com o objetivo de acompanhar a crise interna na Bolívia, que pode levar o país a uma guerra civil a partir de agosto, caso a assembleia constituinte não declare a binacionalidade do país.

– O Senado não pode ficar alheio a essa possibilidade. Não podemos ser surpreendidos, para não ficarmos paralisados diante dessa guerra – alertou Cristovam em pronunciamento na última sexta-feira. Para ele, o Brasil não pode ter outro comportamento que não seja o de ajudar a Bolívia a sair desse conflito interno.

O senador explicou que a guerra civil poderá ocorrer por-

que a parte rica da Bolívia, comandada pelos grupos da chamada Meia Lua (região que vai da parte sul até o oeste do país), deseja tornar-se independente. O movimento separatista é motivado, conforme o senador, pela política populista do presidente Evo Morales, voltada somente para os pobres, que ocupam 70% do território daquele país, em detrimento das regiões mais prósperas.

Recém-nomeado membro do Parlamento do Mercosul, Cristovam afirmou que o assunto é preocupante e que as reper-



Cristovam alertou para crise no país vizinho e pediu que comissão acompanhe desdobramentos

cussões para o Brasil são muito mais sérias do que as da crise criada pelo governo boliviano com relação à Petrobras. A empresa se viu obrigada a vender à Bolívia suas duas refinarias instaladas naquele país após a decisão do atual governo boliviano de nacionalizar o setor de gás natural.

Heráclito propõe exploração de reservas

Na última sexta-feira, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) discutiu a nacionalização, por parte da Bolívia, de duas refinarias da Petrobras. Conforme notícias publicadas na imprensa, a Petrobras fechou na quinta-feira acordo com a Bolívia para a venda de 100% de suas duas refinarias naquele país. Os bolivianos pagarão US\$ 112 milhões pelas unidades e é possível que o pagamento seja feito com fornecimento de gás natural.

Heráclito acredita que ainda

haverá muita controvérsia em relação ao preço a ser pago pelas refinarias e sugeriu que para o futuro o governo invista na extração de gás das reservas brasileiras, existentes no Espírito Santo, no Nordeste e na Amazônia.

– Sou inteiramente contra se levar avante o famoso gasoduto que sairia da Venezuela ao Brasil e iria para o Uruguai e Paraguai. Temos que trabalhar com as nossas riquezas, temos que trabalhar com o que temos – sugeriu.

Em aparte, o senador Edison

Lobão (DEM-MA) também defendeu a exploração das reservas que existem em solo nacional. Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu maior atenção aos debates da Comissão de Relações Exteriores que tratam da relação comercial do Brasil com a Bolívia. Para Valter Pereira (PMDB-MS), se os governos de FHC e Lula tivessem investido na infra-estrutura brasileira para a produção de gás, hoje o Brasil não seria refém da Bolívia e, sim, um concorrente daquele país.

Lobão diz que o Brasil está à beira de um apagão

Edison Lobão (DEM-MA) alertou o governo para o risco de o Brasil enfrentar apagão elétrico caso medidas urgentes não sejam tomadas para assegurar a atividade econômica. O senador lembrou que, se não há energia elétrica, não há indústria nem comércio. Ele observou que ou se toma como base um estoque confiável de energia elétrica ou não haverá crescimento.

O parlamentar indagou sobre o que seria do Brasil hoje se não fosse a iniciativa do regime militar de construir as hidrelétricas

de Itaipu e Tucuruí, apesar de todas as críticas feitas a essas obras na época. Para o senador, sem essa visão de futuro, o país estaria num apagão geral.

Lobão alertou ainda para a situação da hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, cuja obra foi, ao longo de 20 anos, examinada, estudada e, afinal, autorizada pelo governo federal. Ele disse que houve uma licitação e a vitória de um consórcio, que obteve da Funai e de todos os órgãos envolvidos com a questão autorização para

construir. Mal iniciada a obra, por ação do Ministério Público e de associações da região, a construção foi suspensa e não foi retomada até hoje.

– Ou este país toma uma decisão como nação, olhando seus mais legítimos interesses, e não há interesse maior neste momento do que energia, ou então, daqui a pouco, nós não teremos mais nada funcionando neste país. O Brasil não é um país artesanal, é uma nação econômica e não pode se submeter a esses solavancos – ressaltou.

Sessão do Senado é suspensa em homenagem a Enéas

“Que o exemplo de Enéas, um grande defensor da pátria brasileira, não seja esquecido por nós, parlamentares, nem pelo povo brasileiro.” A frase foi pronunciada pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ao justificar seu requerimento propondo voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao estado de São Paulo pela morte do deputado federal Enéas Carneiro, ocorrida no último dia 6, no Rio de Janeiro. A sessão do Senado da última segunda-feira foi suspensa em homenagem ao

deputado, que tinha leucemia.

Enéas Ferreira Carneiro nasceu em 1938, na capital do Acre, Rio Branco. Formou-se em Medicina, aos 27 anos, na Universidade Federal Fluminense. Ele foi fundador do extinto Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), pelo qual disputou as eleições presidenciais por três vezes. Em 2002, foi eleito deputado federal com a maior votação da história do país para esse cargo: 1,7 milhão de votos. Mesmo lutando contra a leucemia, foi reeleito em 2006, tendo que se afastar

do cargo com o agravamento da doença.

Papaléo Paes contou que Enéas Carneiro foi quem o convenceu a ingressar na política. Em 1989, quando Enéas estava trabalhando para fundar o Prona, convidou Papaléo para ajudar na filiação de militantes no Amapá e em Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano, ao candidatar-se à Presidência da República, tornou-se conhecido em todo o país com o bordão “Meu nome é Enéas!”.

O requerimento de Papaléo, também subscrito por Tião Via-

na (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Fátima Cleide (PT-RO) e Mão Santa (PMDB-PI), propôs ainda a observação de um minuto de silêncio no Plenário.

Paulo Paim classificou como justa a homenagem prestada pelo Senado a Enéas Carneiro. Fátima Cleide solidarizou-se com a família do deputado. Mão Santa lembrou que Enéas, após ter sido injustamente acusado de ter vendido espaço na chapa do Prona para a eleição de deputado federal, foi inocentado após investigação.

Arthur Virgílio não teme debate sobre o aborto

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou na última sexta-feira que não se sente “interditado” para debater a questão do aborto, apesar de ser católico praticante. Ele disse que se emocionou com a visita do papa Bento XVI ao país – mais ainda pelo fato de a viagem ter como objetivo principal a canonização de frei Galvão –, porém salientou que o Brasil precisa encarar a questão do aborto de forma realista.

De acordo com a imprensa, o papa chegou a dizer que políticos católicos poderiam mesmo ser excomungados caso apoiassem o aborto. Mais tarde, no entanto, o porta-voz de Bento XVI afirmou que o “Papa

não pretende excomungar ninguém”. O debate sobre o tema já havia sido incentivado antes por declarações do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para quem o aborto é uma questão de saúde pública (leia mais na página 13).

O senador destacou o fato de que, no Brasil, uma mulher que disponha de recursos faz aborto seguro em clínica que, mesmo clandestina, dispõe de todos os recursos da medicina. Mas uma pobre é obrigada a recorrer a métodos rudimentares, arriscando, assim, a própria vida.

– Eu não teria como deixar de marcar a minha posição nesse episódio e não há nenhuma contradição com a minha fé.

Mesquita Júnior quer discutir interrupção da gravidez

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) solidarizou-se na última sexta-feira com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, por sua coragem de enfrentar a questão do aborto – um tema, em sua opinião, espinhoso, do qual muita gente foge. Segundo o parlamentar, como principal fiscal da saúde pública que é, o ministro está chamando a atenção para um problema que também traz muito sofrimento e mata milhares de mulheres no Brasil.

O senador destacou que o

Brasil precisa acordar para discutir esse assunto. Ele lembrou que milhares de mulheres são submetidas a práticas que mutilam, portanto, é imperativo que a sociedade se preocupe com o assunto, sem hipocrisia, disse.

Para Mesquita Júnior, o ministro Temporão também tem sido injustiçado por suas posições corajosas sobre outros temas de saúde pública, como o consumo excessivo de álcool.

– Trata-se de uma questão de saúde pública e, como tal, precisa ser enfrentada.

Mão Santa: Brasil tem outros santos, além de frei Galvão

Mão Santa (PMDB-PI) disse na última sexta-feira que existem no Brasil outros santos, além de frei Galvão, canonizado pelo papa Bento XVI como o primeiro santo brasileiro. O senador citou o padre Cícero e a irmã Dulce, bem como o frei Higinio, piauiense que dedicou sua vida a cuidar de pessoas com Hanseníase e que foi da Ordem dos Franciscanos, como frei Galvão. Para Mão Santa, foi muito justo o primeiro santo brasileiro ter sido franciscano. Ele homenageou ainda o Dia das Mães, celebrado no último domingo.

Serys elogia STF por debate sobre células-tronco

Serys Shessarenko (PT-MT) elogiou a recente iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de promover audiência pública para debater o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas – assunto em julgamento na corte. Serys destacou o ineditismo da iniciativa do STF, bem como a coragem da corte de discutir onde a “vida humana começa”, em reunião que contou com 20 especialistas. Na mesma oportunidade, ela homenageou os 259 anos do estado de Mato Grosso.



Deputado reeleito, Enéas Carneiro disputou as eleições presidenciais por três vezes

Voz do Leitor

REAJUSTE

“Sugiro, ao invés de se fixar o reajuste salarial dos funcionários públicos da forma que está sendo proposta no Projeto de Lei Complementar 1/07, que o salário de todos os funcionários públicos, inclusive dos agentes políticos, seja definido em número de salários mínimos. Dessa forma, toda a classe trabalhadora teria o mesmo aumento ao mesmo tempo, com o mesmo percentual de reajuste, acabariam as greves e os aumentos julgados absurdos. A única forma de se reajustar salários seria por meio de reajuste do mínimo, o que beneficiaria a todos.”

Luciano Criste da Mata, de Alfenas (MG)

ESCOLAS

“Gostaria de pedir às autoridades que se lembrem de que nem só de professores são formadas as escolas públicas, mas também de vários outros funcionários, entre eles zeladores e vigilantes. Não se fala em melhoria salarial para essas categorias.”

Elisvaldo Oliveira do Nascimento, de Marcolândia (PI)

NOMES

“Sugiro projeto de lei para disciplinar e permitir alterações em nomes de rodovias, aeroportos, estádios, monumentos, museus, obras de arte ou prédios públicos e outros da União somente através de consulta prévia à população por meio de pesquisa de opinião pública, a cargo de instituto de pesquisa de reconhecida credibilidade, como a Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública – DataSenado, que fez recente pesquisa sobre violência no Brasil.”

Wilson Robson Alvarenga, de Brasília (DF)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

CONTROLE DE NATALIDADE

“Reportagem do jornal The Washington Post mostra que no Rio de Janeiro morrem mais crianças e adolescentes do que na guerra do Oriente Médio. De 2002 a 2006, 729 jovens morreram em Israel; no mesmo período, no Rio foram 1.857 mortes. Essa realidade mostra que os governos federal, estadual e municipal não investem em planejamento familiar, descumprindo o artigo 226 da Constituição. Por essa omissão das três esferas do Executivo, continuaremos a enterrar nossos jovens.”

Flávio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

PREVIDÊNCIA

“Cogita-se uma reforma na Previdência, pois a cada dia que passa o rombo fica maior. Só que todos sabem a causa deste rombo: arrecadação menor que gastos. Embora seja um problema complexo, existem medidas óbvias para serem tomadas. Porém, ninguém faz nada. Olhem só a distorção entre o setor público e o privado. Um policial rodoviário federal, quando se aposenta, recebe mais do que recebia quando estava na ativa, enquanto para um coitado do setor privado a maior aposentadoria não chega a R\$ 2 mil.”

Zaqueu Batista de Oliveira, de Feira de Santana (BA)

ESTRADAS

“Estou muito insatisfeito com as péssimas condições da BR-226, que liga as cidades de Barra do Corda e Presidente Dutra (MA). São 100 quilômetros de buracos, onde acontecem muitos assaltos e acidentes com vítimas fatais. Solicito que os senadores do Maranhão tomem providências.”

Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)

Ambiente legal

Revolução no automóvel

O esforço para conter o aquecimento global deve receber da indústria automobilística grande contribuição nos próximos anos. Modelos movidos a eletricidade, a hidrogênio, a energia solar, a gás natural, a biocombustíveis e a ar comprimido (muitos deles, híbridos) estão disponíveis no mercado ou sendo anunciados para breve. Relatório do governo britânico mostra que biocombustíveis podem reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa entre 50% e 60% em comparação com os combustíveis fósseis. Já o cientista Marc Jacobson, da Universidade de Stanford, con-



cluiu, a partir de simulação em computador sobre a qualidade do ar nos EUA em 2020, que a conversão de todos os veículos a eletricidade proveniente de energia eólica eliminaria 98% das emissões de gás carbônico dos automóveis.

A exposição à violência nos meios de comunicação acentua pensamentos violentos em curto prazo e tem efeitos prolongados nas pessoas, segundo estudo publicado nos EUA pela revista Journal of Personality and Social Psychology.

A sacola biodegradável chegou

Estima-se que sejam consumidos por ano no mundo cerca de 5 trilhões de sacolas plásticas, a maioria das quais vai parar no lixo. O resultado é o comprometimento da capacidade dos aterros sanitários e lixões, a morte de animais que confundem o plástico com alimento e o entupimento da drenagem urbana e dos rios, gerando inundações. Especialistas sugerem a redução no consumo e a substituição por sacolas e sacos de lixo (plásticos) degradáveis, que já estão à venda em supermercados brasileiros.

RISCO NO COLCHÃO -

Teses de Raquel Binotti e de Celso Henrique de Oliveira, da Unicamp, mostram que o colchão é o local da casa onde se concentra o maior número de ácaros (responsáveis por alergias respiratórias). O que fazer? Virar o colchão a cada 15 dias, manter a casa arejada e evitar tapetes e cortinas.

SONO E OBESIDADE -

Adultos ou crianças que dormem menos do que deveriam têm duas vezes mais chances de se tornar obesos do que pessoas que mantêm o tempo ideal de sono exigido por seu organismo. A conclusão é de pesquisa da Universidade de Warwick, feita com 18 mil crianças e 18 mil adultos.

GENTILEZA AO VOLANTE - Uma pessoa que utiliza o carro para seus afazeres (ir ao trabalho, levar filhos à escola, fazer compras) passa pelo menos duas horas por dia atrás do volante. Isso representa 60 horas por mês e 720 horas por ano. Um mês tem 720 horas. Ou seja, quem dirige duas horas por dia fica um mês atrás do volante a cada ano. “Esse tempo precioso - questiona David Duarte Lima, professor da UnB - não deveria ser gasto com mais qualidade, educação, gentileza e tolerância?”

Frases

“Tenho muita gratidão a ele [ao santo brasileiro], pois quando tive um infarto, há alguns anos, tomei as pílulas do frei Galvão e fui salvo. Minha mulher também tomou as pílulas para ter meus quatro filhos e todos os partos deram certo”

Romeu Tuma, que participou da cerimônia de canonização do frei Galvão pelo papa Bento XVI.

“A sociedade tem que se vertebrar por esses valores que são essenciais às pessoas e à vida republicana. É preciso alguém com a autoridade dele [do papa] para reforçar a importância destas convicções”

Marco Maciel, sobre mensagem em que o Papa criticou os meios de comunicação que ridicularizam o casamento e a virgindade.

“Eu não compro dois jornais para ler a mesma notícia; não compro dois rádios para ligar na mesma emissora. O que vai acontecer é isso. São duas informações, como se tivéssemos dois veículos, gastando dinheiro público em duas situações diferentes”

Wellington Salgado, contra duas CPIs do Apagão Aéreo.

“O presidente é o maior mistificador da história do Brasil”

Marconi Perillo, para quem Lula “exagerou” ao comparar acusações contra membros do governo com processos de “difamação” do regime militar contra dom Paulo Evaristo Arns e dom Hélder Câmara.

“Há jovens se prostituindo para pagar a faculdade e não são poucos os taxistas que estão morrendo de tanto trabalhar para pagar a faculdade dos filhos”

Cristovam Buarque, alertando que a prioridade do governo concedida ao ensino básico não deve excluir a atenção ao ensino superior.

“Até hoje nenhum dos casos que a CPI da Exploração Sexual encaminhou ao Ministério Público recebeu qualquer punição”

Patrícia Saboya, ao lamentar a dificuldade de combater a exploração sexual infantil.

Foto da Semana

A República se deslocou a São Paulo para receber o papa Bento XVI, em visita de cinco dias ao Brasil. Além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (E), estiveram com o papa o senador José Sarney, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o governador de São Paulo, José Serra, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e o procurador-geral, Antonio Fernando Souza



CÉLIO AZEVEDO

Em debate, crise com a Bolívia

O governo brasileiro foi surpreendido com um decreto boliviano que retira da Petrobras o direito de exportação do petróleo cru reconstruído e fixa o preço do barril do produto abaixo do valor de mercado. Na prática, a medida tira a rentabilidade das duas refinarias da Petrobras instaladas na Bolívia.

No Senado, petróleo e gás natural são dois temas tratados pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que avalia o nível de segurança garantido pelas leis brasileiras, justamente para propor mudanças no sentido de atrair investidores e promover o crescimento econômico.

Nesta segunda-feira, ao meio-dia, o Conexão Senado traça o panorama da crise entre Brasil e Bolívia, e discute os instrumentos de defesa internacional

que podem proteger o Brasil e suas empresas nos contratos que envolvem capital estrangeiro.

A Rádio Senado também retoma, no Fique por Dentro da Lei desta terça-feira, às 8h30, o Plano de Desenvolvimento da Educação, anunciado recentemente pelo governo federal. O programa discutirá os aspectos do plano relacionados à educação no campo. Para tratar do assunto, foi convidado Antônio Marangon, coordenador da área no Ministério da Educação.

Uma das principais metas do novo plano é fornecer energia elétrica para as escolas da zona

rural. Com isso, será possível levar computadores aos estudantes do campo.

Já o Prosa e Verso, neste sábado, às 9h, em Machado de

Assis – Uma mulher chamada Capitu, comenta o clássico Dom Casmurro e visita a mais famosa personagem da literatura brasileira.



Decreto de Evo Morales (E) atinge a Petrobras e provoca reação de Lula

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A revolução permanente de Anísio Teixeira

ALEXANDRE GUIMARÃES

“Anísio Teixeira foi o educador mais brilhante do Brasil.” A afirmação direta inicia o depoimento de outro expoente da área educacional brasileira, o ex-senador Darci Ribeiro. Esse testemunho e cerca de 40 outros documentos fazem parte da compilação Anísio em movimento, de João Augusto de Lima Rocha, editada na coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal. O baiano Anísio Spínola Teixeira nasceu com o sé-



REPRODUÇÃO

todos os textos tratam da luta pela escola pública. Já “Esboço cubista de retrato” reúne textos que exploram aspectos da obra do educador. Por fim, em “Tempos e contratempos”, o leitor encontra um esboço de biografia em textos que seguem “um percurso amostral sobre a vida e a obra do educador”, como declara o organizador da obra. Dois pontos tornam Anísio em movimento uma obra indispensável: riqueza de documentos, muitos de difícil acesso,

em seu pouco mais de 70 anos de vida, pôs em prática muitas de suas idéias na área da educação. No livro, os textos são divididos em três partes. “Permanente atualidade: a luta pela escola pública” inicia com pronunciamento do próprio Anísio Teixeira sobre a necessidade da escola pública. “A democracia é [...] o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do Estado”, afirma. Nessa parte,

numa só fonte; e fecunda reunião de depoimentos sobre o mestre Anísio. Precursor da idéia da “revolução pela educação”, Anísio Teixeira chegou a afirmar: “Tenho confiança de que, uma vez deflagrado, esse movimento educacional não mais se deteria e poderíamos assistir ao nosso crescimento sem os sustos e as apreensões com que vemos hoje o próprio progresso brasileiro, tão cheio de iniquidades e de perigo”.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Anísio em movimento, da coleção Biblioteca Básica do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Interlegis levará suas ações à Guiné-Bissau

Brasil, Estados Unidos e Guiné-Bissau assinaram, na semana passada, protocolo de cooperação que tem como objetivo a modernização do sistema legislativo da Guiné-Bissau. O auxílio será prestado pelo Brasil por meio do Interlegis. Aos Estados Unidos caberá o processo de treinamento dos políticos. O processo ainda contará com a Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela mediação de conflitos no país.

José Dantas Filho, diretor de Planejamento e Fomento do Interlegis, esteve na Guiné-Bissau em fevereiro e reconhece o precário estado do país africano, re-



MARCELLO CASAL JR/ABR

Ministro Celso Amorim, pelo Brasil, Antonio Isaac Monteiro, pela Guiné-Bissau, e Condoleezza Rice, pelos EUA, selam cooperação

cém-saído de uma guerra civil.

– O projeto tem como objetivo fortalecer a democracia da Guiné-

Bissau, e retrata a preocupação geral do mundo com a situação política na África – disse.

Agência Senado Internacional completa um ano no ar

De Tegucigalpa a Cingapura, de Barcelona a Pequim, passando pelas principais capitais sul-americanas, como Buenos Aires, Lima, Montevidéu, Bogotá e Santiago, leitores espalhados por todo o mundo têm visitado a página da Agência Senado Internacional, que completou um ano no ar na quarta-feira, dia 9.

Renovada a cada semana, a página oferece um resumo dos principais debates e deci-

sões do Senado brasileiro. São divulgadas ao público internacional, em inglês e espanhol, notícias políticas e econômicas. Também são apresentadas informações sobre temas como meio ambiente e educação.

Uma newsletter é enviada semanalmente aos leitores, para indicar que novas informações já se encontram disponíveis. O endereço da página é www.senado.gov.br/agencia/internacional.

Senado sedia congresso sobre Poder Legislativo

O Senado e o Programa Interlegis realizarão, no dia 24, o congresso “Direito e Economia no Legislativo”. O presidente do Senado, Renan Calheiros, fará a abertura dos trabalhos, divididos em três partes. Além de parlamentares e consultores legislativos do Senado e da Câmara, o evento contará com a participação de especialistas estrangeiros e do ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho.

Arquivo aberto

Em 19 de maio é comemorado o Dia Nacional da Defensoria Pública (Lei 10.448/02). Nessa data, em 1999, o ex-senador Roberto Saturnino cobrava a instalação de defensorias em todos os estados e pedia “maior consideração por parte dos governantes em termos de salários, condições de trabalho, abertura de concursos, enfim, de condições para o exercício dessa atividade que é fundamental para o acesso à Justiça por parte das populações carentes”. O Especial Cidadania, do Jornal do Senado, abordou o tema em 21 de fevereiro de 2005 e ilustrou com o Mutirão da Cidadania promovido por defensores públicos em Alagoas (foto). A Rádio Senado Ondas Curtas tratou do tema no quadro Fique por Dentro da Lei, de 13 de setembro de 2005.



CEDOC

14 de maio – O Jornal do Senado noticiou, em 24 de abril de 2002, a aprovação, pela Casa, do projeto de lei de conversão que instituiu o programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência: “O Senado decidiu que caberá ao Ministério da Integração Nacional a gestão do programa”, explicava a notícia. A Lei 10.458 foi sancionada em 14 de maio de 2002.

17 de maio – Foi assassinado em São Paulo o governador do Acre, Edmundo Pinto. Em 7 de julho de 1999, o Jornal do Senado publicou declaração do senador Nabor Júnior, para quem a morte de Edmundo Pinto “interrompeu uma das mais brilhantes e respeitadas carreiras políticas do país, cuja juventude e ímpeto construtivo, dentro de sólidos princípios democráticos, permitiam prever um belo e profícuo caminho para o governador recém-empossado”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Epilepsia não impede uma vida normal

A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 50 milhões de pessoas no mundo são epiléticas, sendo que 40 milhões estão em países subdesenvolvidos, em razão das piores condições de nutrição e de saúde enfrentadas por grande parte de suas populações. Apesar desse cenário alarmante, 70% dos casos podem ser tratados com sucesso, desde que usada a medicação correta.

Se é verdade que os portadores de epilepsia sofrem com o preconceito dos que os rodeiam, com a vergonha da doença, com o medo do desconhecido e, muitas vezes, com a falta de remédios nos postos governamentais de distribuição gratuita, muita informação, disciplina e algumas medidas simples podem dar ao epilético uma melhor qualidade de vida.

Crises têm várias origens

A epilepsia é uma doença cerebral não contagiosa caracterizada por convulsões, que variam de quase imperceptíveis a muito graves e freqüentes. As crises ocorrem em razão de descargas elétricas fortes e anormais no cérebro. É como se houvesse uma “tempestade” cerebral, com descargas de impulsos nervosos.

O epilético, além de sofrer com a doença, pode ter que enfrentar preconceito, já que as crises geralmente assustam quem as assiste. Para a criança epilética, o preconceito chega a ser pior que a própria doença.

Causas

As causas da epilepsia podem ser uma lesão no cérebro (por forte pancada ou problemas no parto, por exemplo), uma hipertensão arterial ou um acidente vascular cerebral, a neurocisticercose ou uma

infecção (como a meningite). Muitas vezes não é possível conhecer as causas, assim como não se sabe ao certo o que acontece no cérebro.

Fatores desencadeantes

Baixos níveis socioeconômicos favorecem a ocorrência de fatores que desencadeiam a doença: a má nutrição aumenta a ocorrência de infecções e, conseqüentemente, de febre alta, que pode provocar convulsões em crianças com idade entre seis meses e cinco anos, causando lesões permanentes no cérebro.

As crises epiléticas podem ainda ser desencadeadas pela suspensão abrupta da medicação antiepilética, fadiga física, abuso de bebidas alcoólicas ou de drogas, privação de sono, hiperventilação (respiração forçada), emoções (preocupação, alegria, irritação, tristeza).

Neurocisticercose

A neurocisticercose é uma doença que ocorre quando a pessoa ingere carne de porco infectada pela *Taenia solium* (solitária). Os ovos desse verme podem se alojar e crescer em vários órgãos e também no cérebro, onde causa crises epiléticas. Em geral a carne dos porcos mortos em abatedouros clandestinos e sem nenhum cuidado com a higiene tem esse verme, capaz de resistir, inclusive, ao cozimento. Por isso, é fundamental adquirir carne de comerciantes fiscalizados, vinda de abatedouros inspecionados pelos serviços de vigilância sanitária.

Epilepsia e direção

A princípio, ser epilético não impede a pessoa de dirigir. No entanto, doentes cujas crises não estejam controladas não devem fazê-lo. Cabe ao candidato informar sua situação ao médico perito durante o exame. Se mentir

ou omitir, ou se, dirigindo, causar dano à saúde, ao patrimônio e à vida de alguém, poderá ser responsabilizado penalmente por crime de falsidade ideológica e ter a carteira de habilitação cassada.

Gravidez e amamentação

Antes de engravidar ou no início da gestação, a mulher com epilepsia deve conversar com o médico responsável pelo seu tratamento. Alguns remédios podem afetar o desenvolvimento do bebê e o médico deve adequar o medicamento, para minimizar os riscos. A grande maioria das epiléticas tem gravidez e crianças saudáveis.

Recomendações

► Amamente e troque seu filho num colchão forrado com

cobertores, colchas ou almofadas.

► Intercale a mamadeira com o peito, para poder dormir e não ficar tão cansada.

► Após amamentar, observe se seu bebê está com sonolência ou agitação excessivas. Se estiver, ele está sendo afetado pelos remédios. Procure logo seu médico e informe o problema.

► Transporte a criança sempre no carrinho e evite o baby-bag.



REPRODUÇÃO/MUSEU D'ORSEY-PARIS

Auto-Retrato, de Van Gogh, um dos maiores pintores de todos os tempos, que confessou: “Sim, eu tenho a doença das quedas, a qual não é vergonha para ninguém e não impede a vida”

Conheça a doença e saiba como ajudar

As crises epiléticas podem ter as seguintes características:

- Convulsiva – É a forma mais conhecida, identificada como “ataque epilético”. A pessoa pode cair, ter contrações musculares em todo o corpo, morder a língua, salivar muito, respirar de forma ofegante e até urinar.
- “Ausência” ou “desligamento” – A pessoa fica com o olhar fixo, perde contato com o meio por alguns segundos. Muitas vezes esse tipo de crise não é percebido pelas pessoas ao redor.
- Em um outro tipo de crise, a pessoa parece estar alerta, mas não tem controle dos seus atos, fazendo movimentos automáticos, como mastigar, falar de modo incompreensível ou

andar sem direção definida. Em geral, a pessoa não se lembra do ocorrido.

- Existem outros tipos de crises que provocam quedas sem que haja movimento ou contrações musculares, ou fazem com que o epilético tenha visões ou alterações transitórias da memória ou ainda ouça ruídos estranhos.

Como ajudar

- Fique calmo e peça a todos ao redor que fiquem tranquilos.
- Não busque parar a crise.
- Cuide para que a pessoa não se machuque.
- Não coloque nada na boca.
- Deite a pessoa de lado para que possa respirar bem.
- Espere que a crise termine e

fique com a pessoa até que ela se recupere.

- Procure cuidado médico se a crise durar mais de dez minutos, se se repetir em intervalos breves, ou se a pessoa tiver sofrido algum tipo de ferimento.

Professor: explique as crises aos seus alunos

Quando um estudante sofre uma crise epilética na escola, deve-se aproveitar a oportunidade para explicar aos outros alunos o que ocorreu e como eles podem ajudar. Esclareça que as crises não doem e não são contagiosas. A conversa aberta e sem preconceito, com a participação do epilético, ajuda a desenvolver uma atitude de aceitação.

Remédios ou cirurgia?

A cura da epilepsia é mais fácil quanto mais precoces forem o diagnóstico e o tratamento. Os remédios mais usados são as drogas anticonvulsivas, que não têm efeito imediato e, portanto, não resolvem se usadas só nas crises e sem acompanhamento médico. O tratamento é longo e exige persistência e disciplina e os remédios estão na lista para distribuição gratuita.

Cirurgia

Outra forma de tratar a epilepsia é operar o cérebro. São necessários vários exames para se ter certeza de que é possível retirar a área causadora do problema sem prejudicar outras funções cerebrais. Só se deve optar pela cirurgia quando os benefícios esperados são muito maiores que os riscos.

Outro tratamento, indicado para crianças, é a dieta citogênica, rica em gorduras e pobre em açúcar e proteínas, calculada de acordo com a idade e peso do paciente. Com a dieta, cerca de 33% das crianças têm suas crises controladas, enquanto outras 33% melhoram significativamente.

Para viver melhor

É grande a lista de figuras ilustres que tiveram a doença, entre eles Gustave Flaubert e Dostoiévski, dois dos maiores escritores de todos os tempos, e ainda assim produziram obras notáveis. Veja como conviver melhor com a doença:

- Consulte o médico periodicamente (a cada 2 ou 3 meses)
- Não suspenda a medicação antiepilética e respeite os horários e as doses
- Não use outros remédios sem orientação médica
- Durma o suficiente e regularmente
- Não fique em jejum, faça as refeições em horários regulares
- Não use bebidas alcoólicas ou drogas
- Faça um calendário, tentando relacionar as crises com eventos do dia-a-dia, e conte ao seu médico
- Anote suas dúvidas e converse com seu médico ou com a equipe que o acompanha
- Caso perceba qualquer efeito colateral dos remédios, converse com seu médico.

Saiba mais: informação ajuda no tratamento

Liga Brasileira de Epilepsia
Av. Teodoro Sampaio, 741/94
CEP 05405-050 – São Paulo (SP)
(11) 3085-6574
www.epilepsia.org.br

Escola Paulista de Medicina
Rua Botucatu, 740
São Paulo (SP) – CEP 04023-900
(11) 5576-4000/4522
www.unifesp.br

Assoc. Brasileira de Epilepsia
www.epilepsia.org.br
Ministério da Saúde
Disque saúde: 0800 61-1997
portal.saude.gov.br